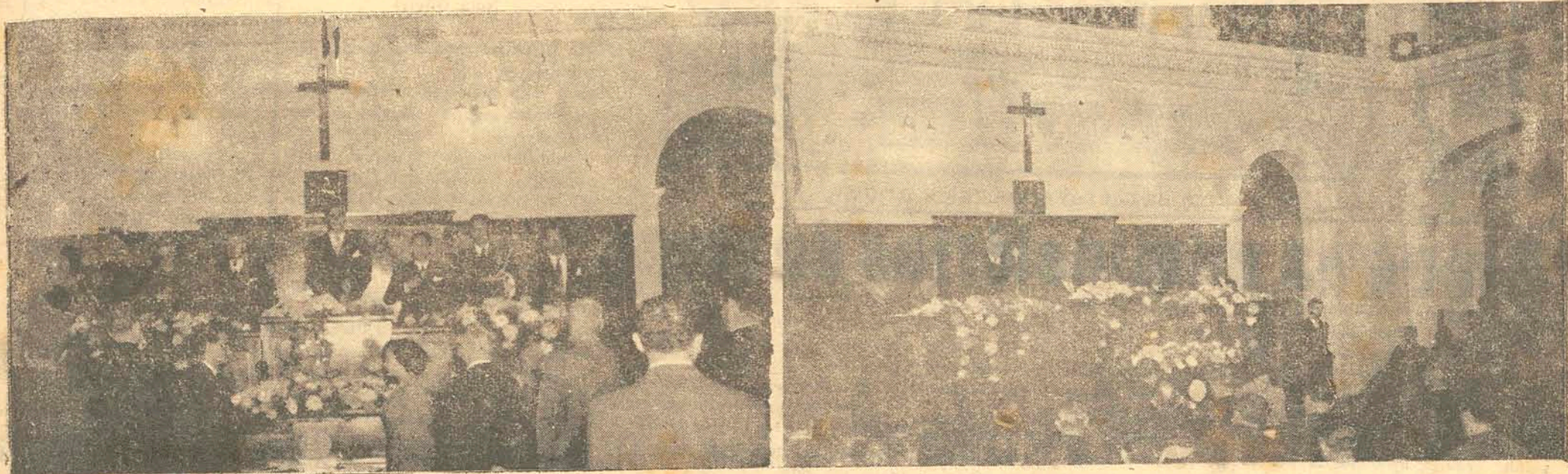


Mensagem do Governador IRINEU BORNHAUSEN



A MESA DA ASSEMBLÉIA, VENDO-SE O GOVERNADOR IRINEU BORNHAUSEN E ALTAS AUTORIDADES NO MOMENTO EM QUE ERA EXECUTADO O HINO NACIONAL — O GOVERNADOR DO ESTADO LENDO SUA MENSAGEM.

Senhores Deputados.

Dirigindo-me pela primeira vez aos legítimos representantes do povo catarinense, folgo em registrar a satisfação com que, perante vós, cumprio o imperativo constante no inciso V do artigo 52 da Constituição de nosso Estado.

A abertura dos trabalhos dessa legislatura, a segunda após o ingresso do país no regime estabelecido na Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946, possibilita-nos o gozo da coexistência de fato dos três poderes do Estado, coexistência essa que, se depender dos esforços e dos desejos do Executivo, será, como manda a lei magna, harmônica e independente.

Pelo mais alto órgão do Poder Judiciário tive a honra de ser investido nas elevadas funções de primeiro magistrado do Estado. Perante vós apresso-me a dar conta de como encontrei os negócios públicos e sugerir medidas para a melhoria de suas condições. Nesse cometimento usarei linguagem a que, mercê de Deus, me habituei na vida pública e particular: a da verdade. Sem o menor intuito de ferir ou provocar, porei aos vossos olhos atentos e bem intencionados a clara situação dos negócios públicos estaduais, certo de que só assim merecerei a graça de vossa confiança e a certeza de vossa imprescindível colaboração.

Eleito em função do desejo geral e inenunciável de renovação que conquistou a alma coletiva nos dias que antecederam o pleito de 3 de outubro, dispus-me a tentar a pacificação da família catarinense há tanta dividida. Para tão ingente tarefa, contei, desde que conhecidos os resultados eleitorais, com a alta e nobre compreensão dos que até então, nos quadros do meu partido, obedeceram à minha chefia.

As vésperas da posse, no objetivo de concretizar tal pacificação, dirigi-me à única corrente política de oposição na campanha, oferecendo-lhe participação no governo, através de uma Secretaria de Estado. Essa oferta, porém, não logrou aceitação. Constituí, mesmo assim, um secretariado pluri-partidário, dando, a todos os partidos que acolheram meu propósito, participação efetiva no governo.

Inaugurando-se no Estado uma nova administração, impunham-se, como é óbvio, alterações nos quadros administrativos.

Nessas alterações, justamente onde procuram alguns, talvez desconhecedores do muito que procurei fazer nesse ingrato terreno da competição política, vislumbrar atos de perseguição, seguiram-se sempre critérios baseados em princípios de bem servir os negócios públicos. Assim, substituíram-se os titulares dos altos cargos da administração — por natureza de provimento em comissão — diretores de departamentos e serviços gerais, afim de se poder contar com auxiliares identificados com o pensamento dos atuais dirigentes.

Foram alterados quase totalmente os quadros do organismo policial e dos juizes de paz. Ninguém desconhece que a distribuição da justiça por magistrados não togados e a manutenção da ordem pública são funções do Estado, que pelo especial de sua natureza precisam de ser executadas por pessoas de imediata confiança dos detentores do poder.

Substituíram-se, ainda, servidores que não estavam à altura de suas funções. Outros, lamentavelmente, e o lamentamos na esperança de em breve poder ampará-los, tiveram que ser dispensados, pois o Estado não está em condições de mantê-los, como não estava, quando os admitiu.

Casos houve de alterações ditadas pela necessidade de reparar injustiças. Nestas últimas categorias estão as transferências do pessoal dos outros Departamentos do serviço público estadual.

É fato inegável, digno de nota: o critério partidário não foi, como antes, inapelavelmente adotado. Devo registrar aqui as resistências que opôs àqueles que, habituados a assistir, durante anos, ao império de partidário extremo, muito justamente, estranharam, mesmo sendo companheiros, a firmeza de nossa atitude. É que, realmente, fazemos coisa nova, procurando escolher os melhores, ainda que, politicamente, não estejam ou tenham estado conosco.

O grande motivo de nossa obstinação em proporcionar um ambiente de paz política no Estado era e é a consciência que temos da gravidade do problema administrativo. Esta mensagem vos dará em detalhe noção exata da extensão desse estado de coisas. Cumprenos, porém, já nesta introdução, definí-lo como ausência de organização nos serviços públicos, seja na administração propriamente dita, seja no setor financeiro.

O problema da estrutura dos serviços públicos requer ampla reforma, cujo primeiro passo será a criação das Secretarias de Estado

da Agricultura e da Educação. Doutra maneira, continuarão as Secretarias da Viação e Justiça sobrecarregadas e com a responsabilidade da administração de organismos que disciplinam atividades vitais para o Estado mas sem qualquer relação que justifique a obediência à mesma direção.

O problema financeiro, porém, é o que mais preocupa. Com um orçamento que não expressa a verdade financeira, o Estado dispende, como no exercício passado, percentagem mínima de sua renda com atividades reprodutivas.

Deficiências sem conta no aparelho arrecadador, menosprezo pela justiça fiscal e até práticas não recomendáveis de transferirem-se para gastos alheios à finalidade, com a conseqüente obrigatoriedade de reposição, contribuições da União para fins especiais, não deixam dúvida quanto à vida artificial do nosso tesouro.

Em abono dessas afirmativas, apresentarei, a seguir, um rápido balanço das contas que me foram prestadas pela Secretaria da Fazenda:

Agora os compromissos resultantes de dotações insuficientes do orçamento de 1951 a serem solvidos com créditos suplementares, tendo em vista o orçamento de 1950, compromissos esses que montam em Cr\$ 30.300.159,90, o Estado deve Cr\$ 41.908.604,20, assim discrimina-

1 — Restos a pagar dos exercícios de 1944 a 1948	143.659,30;
Restos a pagar do exercício de 1949	5.681.485,40;
Restos a pagar do exercício de 1950	17.521.768,20;
TOTAL	23.346.912,90.
2 — Importância a pagar aos municípios, relativa à quota do Imposto de Indústria e Profissão, do exercício de 1950 arrecadado pelo Estado	9.365.691,30;
3 — Importância transferida de "depósitos de diversas origens", nos governos dos srs. José Boabaid e Aderbal Ramos da Silva, para arrecadação ordinária, e que deverá ser reposta:	5.450.000,00
O atual governo repôs	1.300.000,00
4 — Importância transferida nos governos dos snrs. José Boabaid e Aderbal Ramos da Silva para a arrecadação ordinária de depósitos especiais do Estado, e que deverá ser reposta também	7.186.000,00
Desta o governo atual já repôs a importância de	2.140.000,00.
Falta, pois, o governo repor a importância de	9.196.000,00.

Há ainda a acrescentar que as verbas variáveis do orçamento vigente se achavam, em 31 de janeiro do corrente ano, comprometidas nos seus duodécimos em Cr\$ 14.103.651,30.

Por tudo isso, apelei e apelo à união. Por tudo isso, corri a prestigiar a obra político-administrativa do Exmo. Snr. Presidente da República, afim de conseguir para o Estado, o auxílio e o apoio necessários. Ainda faz pouco, a escolha do Presidente do Instituto Nacional do Pinho e a visita do Exmo. Snr. Ministro João Cleofas, foram demonstrações cabais de que o governo da União corresponde, plenamente, aos anseios de colaboração.

Com relação aos municípios, idêntico é o nosso propósito. Joinville e Lajes, municípios visitados oficialmente, receberam o testemunho do mesmo apreço e a segurança de apoio igual. No campo da administração, procurarei resolver em comum os problemas que necessitem de esforço e de trabalho conjuntos.

Srs. Deputados.

Anima-me, no exercício da governança, tão somente o propósito de bem servir à coletividade.

Nesta tarefa estou pondo todas as minhas energias, empenhando, por assim dizer, o tempo de minha vida destinado a uma tranquilidade maior.

Faço assim, vivendo o entusiasmo dos lutadores e dos patriotas. O mesmo entusiasmo que, para a grandeza e o bem de Santa Catarina, espero, em toda jornada, encontrar nesta Assembléia.

Dia 21 — Solene abertura dos IV Jogos Universitários Catarinenses, com torneios-iniciais de futebol, volei e basquete entre as Associações Atléticas Acadêmicas das Faculdades de Direito, Ciências Econômicas e Farmácia-Odontologia



DIREÇÃO DE LOTHAR MARIO DE GOUVEA SCHIEFLER E HAMILTON ALVES

Ainda as eliminatórias de remo

Foi deveras impressionado, que quais procuramos ser honestos ao dissertarmos em qualquer modalidade esportiva, assim de apresentarmos um relato fiel de que se passou, não somos compreendidos por muitas pessoas.

Se elogiamos este ou aquele clube, esta ou aquela agremiação, acham que não estamos fazendo mais do que nossa obrigação.

Entretanto, se fazemos uma crítica construtiva, aí então somos tratados como nocivos, como incompetentes, como aconteceu comigo, por aquele ato oficial do Aldo Luz.

Agora pergunto eu: Quando ainda colaborava com DIB na Radio Guarujá, onde mantinha minha seção intitulada "FOLHA CALIZANDO O ESPORTE AMADOR", e já aqui na direção da Gazeta Esportiva, sempre focalizei o esporte náutico, e isso a partir de 3 de novembro do ano findo.

Sempre elogiei todas as campanhas do Aldo Luz, que sempre tem trazido grandes glórias para Santa Catarina, escrevendo seus feitos com letras de ouro em nossos anais esportivos.

Trouxe aquela tradicional agremiação para nosso Estado, em menos de seis meses grandes vitórias conquistadas em outras plagas. Foram

as mesmas conseguidas na Pauliceia, uma em Outubro do ano passado e as outras em janeiro do ano em curso.

Como disse acima, sempre elogiei ao Aldo Luz, pelas suas brilhantes vitórias.

Agora que em crítica sincera baseada em fatos ocorridos semana passada e que é do conhecimento de todos os aficionados de remo, sou atacado, sou taxado de nocivo e de incompetente.

Não prezados senhores.

Somente agora, após seis meses de labutar na crônica referente ao remo, é que foram taxar-se de incompetente, e isso porque fiz uma crítica.

Nos que aqui lutamos em prol do nosso esporte, não iríamos fazer uma crítica injusta ainda quando ela se referia a uma eliminatória para o Campeonato Brasileiro, e nosso interesse é de selecionarmos nossos melhores remadores para bem representar nosso querido Estado natal.

Não senhores, fizemos aquela crítica, sem qualquer interesse de clubismo. Criticamos o que vimos.

Ao terminar, quero mais uma vez agradecer ao colega DIB Cherem, pela defesa que efetuou, bem como a solidariedade dos demais colegas de lutas na crítica esportiva, quer falada quer escrita.

VENDE-SE

Por motivo de viagem vende-se o bem afreguezado Bar e Café «Estiva», sito à rua Francisco Telentino n.º 2. Tratar no mesmo local.

CASAS — VENDEM-SE

Vendem-se duas casas com todos os confortos, sitas à Avenida Tromporoski n.º 44 e Rua Brusque n.º 15. Tratar à Avenida Tromporoski n.º 44, das 14 horas em diante.

CASAS — VENDEM-SE

Vendem-se as casas n.ºs 36 e 36-A da Rua Uruguai. Informações à Rua Uruguai n.º 40.

ALUGA-SE uma sala com entrada independente, à rua Nunes Machado, 21. Tratar na mesma.

PIANO

Vende-se um novo. Tratar à Avenida Hercílio Luz, 60. Telefone 1.651.

AUTOMOVEL — VENDE-SE
Um FORD PREFECT — 1949 — 7.300 Km. rodados. Informações: Rua Bocaiuva, 215

CASA — ALUGA-SE
Aluga-se uma casa à Rua Presidente Coutinho n.º 61, com 10 peças amplas. Informações: Rua Bocaiuva n.º 215

Clube de Regatas «Aldo Luz»

Nota Oficial

A Diretoria do Clube de Regatas «Aldo Luz», hoje reunida, apreciando a nota «Esporte Náuticos», publicada na página esportiva do jornal «A Gazeta», edição de hoje, e considerando que o autor da referida nota foi o indivíduo Lothar Mário de Gouvea Schiefler (vulgo Tarreco);

Considerando, que os insultos nela contida não pode atingir a tradição gloriosa do C. R. Aldo Luz;

Considerando, que o Clube de Regatas «Aldo Luz», tem prestado os mais assinalados serviços ao esporte náutico catarinense, honran-

do dentro e fora do nosso Estado;

Considerando, que o referido cronista provou pela sua nota não distinguir os diversos tipos de barco de corrida, não tendo portanto conhecimento para criticar;

RESOLVEU:

a) considerar tal indivíduo como vo ao esporte náutico;

b) proibir, terminantemente, a sua entrada em qualquer dependência do Clube, sob qualquer pretexto.

Sala das Sessões em Florianópolis, 15 de abril de 1951.

ALCIDES ROSA
Presidente do Clube de Regatas «Aldo Luz»

Goleado pelo Olimpico o Guarani

Iniciando a tarde esportiva de domingo como também iniciando o quadrangular, preliaram Olimpico de Blumenau e Guarani desta capital, vencendo aquele espetacularmente pelo estonteante score de 7 a 1.

Sob as ordens do senhor Sérgio Tomazini, arbitro da F.C.D., entraram as duas equipes no gramado, às 13,30 horas, com a seguinte constituição:

OLIMPICO — Viana, Aduci e Arécio; Pachecoquino, (Adir), Honorio e Jager; Testa, (Pachecoquino), Nicolau, Gastão, (Bodinho), Vilanueva e René.

GUARANI — Ari, (Izaías), Fausto e Romeu; Orlando, Frederico e Anibal; Moacir, (Onias), Ari II, Medinho, Jaime e Toinho.

Iniciou o prélio com um equilíbrio de forças, até que aos 7 minutos iniciais, aproveita-se Testa para assinalar o primeiro tento do Olimpico e da tarde, em um lance no qual falhou lamentavelmente o arqueiro bugrino, Ari.

Não esmorecem os locais, até que dois minutos após, ou seja, aos 9, consegue Medinho empatar a partida, ao assinalar o primeiro e unico tento do Guarani, depois de uma confusão na área dos visitantes.

Continua a partida a ser disputada com ardor, até que ao chegar aos 19 minutos, ao ser cobrado um escanteio, aproveita-se Vilanueva para aumentar para 2 o placard.

Aos 23 minutos, Nicolau aumenta o placard para 3, consignando um belíssimo tento. Mais um minuto, e Vilanueva, em um magistral sem-pulo, assinala a queda do arco de Ari pela quarta vez.

Eram passados 7 minutos, e eis que Fausto e René praticam um ato desleal e desleal, ao serem expulsos do gramado.

Arécio comete uma penalidade máxima em Ari II aos 39 minutos, e não vacila o senhor Tomazini em assinalar o penalti. Cobra Frederico para defender Viana. A partir desta altura, decaiu quase que por completo a produção do Guarani, que viu-se completamente desarti-

culado. Passam os visitantes a comandar a partida, e isso sem esforço algum.

Dois minutos após aquela penalidade máxima, Gastão aproveita-se para aumentar para 5 o placard, com violento petardo.

Encerrando a contagem do primeiro período, o mesmo Gastão aumentou para 6 a 1 o placard, ao cobrar uma penalidade máxima, por Izaías, que tinha substituído Ari.

Após o descanso regulamentar voltam as duas equipes ao gramado, conseguindo o Olimpico assinalar seu ultimo tento aos 14 minutos, ao cobrar Honório uma penalidade máxima cometida por Anibal e Gastão.

Vitória nitida e incontestável do Olimpico sobre os bugrinos, que não foram um adversário a altura dos visitantes, muito embora tivessem lutado com denodo durante a primeira parte do período inicial.

O árbitro da partida, senhor Sérgio Tomazini, foi um ótimo dirigente da partida. Agiu sua senhoria com acerto ao assinalar as três penalidades máximas do prélio, como também agiu bem e oportunamente ao expulsar Fausto e René.

Agio ótimamente, no assinalar os impedimentos.

Em suma, teve uma atuação boa, o que serviu para chegar ao fim em seu término, sem anormalidades.

Em uma rápida apreciação dos preliantes, destacaremos nos visitantes o arqueiro Viana, o zagueiro Aduci, Honório na intermediação, Nicolau, Gastão e Vilanueva no ataque.

Os demais, com altos e baixos. Nos locais, Frederico e Anibal na intermediação, Ari II, Medinho, Toinho no ataque. Os outros, jogadores.

Pelas bilheterias do estádio de rua Bocaiuva, passou a quantia de Cr\$ 8.775,00.

Em nossa edição de amanhã, apresentaremos o desenrolar do prélio Avai versus América de Joinville, vencido espetacularmente pelo quadrão azurra pelo dilatado score de 5 tentos por 1.

“PLACARD” ESPORTIVO

4ª feira em São Paulo — Palmeiras 3 x Corinthians 1

5ª feira — no Rio, os cariocas levantam o título de campeões brasileiros de futebol amador.

Sabado pelo torneio municipal carioca

Bangu 2 x Flamengo 0

Fluminense 1 x São Cristóvão 1

Bonsucesso 6 x América 1

Botafogo 3 x Madureira 0

Olaria 1 x Canto do Rio 0

Domingo — Em Santos

Santos 3 x América de Minas

Portuguesa de Desporto 4 x

rani 1

Em Curitiba

Atletico 6 x Coritiba 5

Em Florianópolis

Olimpico 7 x Guarani 1

Avai 5 x América 1

CLUBE 15 DE OUTUBRO — PROGRAMA PARA O MES DE ABRIL

21 horas. — AVISO: Servirá de ingresso o talão do mês de abril.

POLÍTICA INTERNA

A diretriz do Governo, no que concerne à política interna, é a do fiel cumprimento da lei e do respeito total aos pronunciamentos da Justiça. O Governo praticará, com rigidez, o regime, zelando pela independência dos poderes entre si, bem como pela sua harmonia, sem prejuízo de cooperação resultante de igual devoção à causa pública. Ao Poder Judiciário, assim como ao Poder Legislativo, já foi assegurado, na introdução desta mensagem, que usufruirá, da parte do Poder Executivo, todo respeito, prestígio e a maior consideração.

Acatadas serão, intransigentemente, as decisões da magistratura.

Por ser o Poder Judiciário relativamente dependente do Poder Executivo na parte administrativa, cabe aqui um ligeiro retrospecto no que diz respeito à estrutura de seus órgãos.

PODER JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça do Estado, presidido pelo Desembargador Urbano Müller Salles, e tendo como vice-presidente o Desembargador Guilherme Luiz Abry, compõe-se ainda dos seguintes membros: Edgar de Lima Pedreira, Flávio Tavares da Cunha, Melo, Hercílio João da Silva Medeiros, José Rocha Ferreira Bastos, Nelson Nunes de Souza Guimarães, Osmundo Wanderley da Nóbrega e Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

A Corregedoria Geral do Estado é ocupada pelo Desembargador Edgar de Lima Pedreira.

A divisão judiciária do Estado, que obedece ao disposto no Decreto-lei n. 431 de 19 de março de 1940, em parte modificado pelo de n. 962, de 2 de fevereiro de 1944, estabelece nove comarcas de 1ª. entrância, a saber: Biguaçu, Bom Retiro, Concórdia, Ibirama, Orleães, São Joaquim, Timbó, Urussanga e Chapecó; doze de 2ª. entrância, a saber: Araranguá, Brusque, Caçador, Campos Novos, Criciúma, Curitiba, Indaial, Jaraguá do Sul, Joazeiro, Palhoça, São José e São Bento do Sul; nove de 3ª., que são: Canoinhas, Itajaí, Laguna, Mafra, Porto União, Rio do Sul, São Francisco do Sul, Tijucas e Tubarão; quatro de 4ª. entrância, isto é, Florianópolis, Blumenau, Joinville e Lajes.

Por proposta do Poder Judiciário, foi encaminhado a esta Assembléia, no ano passado, o projeto de lei que tomou o n. 120/50, o qual estabeleceu uma nova organização judiciária. A importância e a urgência deste projeto de lei não precisam ser encarecidas. Justo seria, porém, considerar que, tendo sido o seu estudo feito em período anormal, quando a Assembléia não possuía número suficiente para as votações, imprescindível se tornará o reexame daquele projeto por parte dos nobres legisladores catarinenses, os quais deveriam votá-lo, o mais depressa possível, pois as modificações nele propostas incluem a solução dos problemas com que se defronta, no momento, a distribuição da justiça em nosso Estado.

O Poder Executivo julga conveniente a criação de mais uma vara em todas as Comarcas de 4ª. entrância, e não apenas em três delas como estabelece o Projeto da Lei de Organização Judiciária.

Um dos problemas que desejamos focalizar neste documento é o da falta de juízes substitutos. Está o regime judiciário do Estado de Santa Catarina sofrendo as más consequências da falta de magistrados que substituem os juízes efetivos nos seus impedimentos.

O Poder Executivo procurará, após um estudo que deverá contar com o auxílio e a cooperação indispensável do Poder Judiciário, suprir essa deficiência. Outros estão a ser encarecidos pela administração pública no que concerne à parte administrativa dos órgãos do Poder Judiciário e no que diz respeito à criação de condições favoráveis ao exercício da magistratura pelos juízes de paz. Há mesmo necessidade de se preparar cidadãos não titulados para o exercício dessas funções. Medida salutar seria se, já na Lei de Organização Judiciária, fossem tais assuntos considerados.

Para conhecimento dos Snrs. Deputados, transcrevemos aqui o relatório do Exmo. Snr. Desembargador Urbano Müller Salles, em cujo texto, é-nos grato assinalar, há coincidência de pontos de vista com os do Poder Executivo:

"Os serviços judiciários, de modo geral, processaram-se com a regularidade possível ante o crescente aumento de seu volume, na primeira instância, de um lado, e de outro, a notória deficiência do número de juízes, pela falta de substitutos nas circunscrições, cujos cargos, em número de sete, permanecem vagos. Cabe aqui repetir o que já disse no relatório de 1949:

"A demora, por vezes observada, no andamento de processos, em algumas comarcas, o que raramente se poderá imputar à morosidade do juiz, evidencia a necessidade de aumento de magistrados, criando-se novos juízes.

Por muito que, conscientes dos seus deveres, procurem os juízes, com dedicação e esforço, dar vazão à soma de trabalhos que lhes pesa sobre os ombros —, trabalhos que decorrem do exercício da justiça comum, da justiça trabalhista e da justiça eleitoral —, não lhes é possível evitar defeitos de excesso de serviço. Com a multiplicidade de atribuições que lhes são conferidas por lei, nota-se que em alguns setores judiciários, não é possível atender aos reclamos de uma administração regular de Justiça. Não obstante o aumento de vencimentos ocorrido no ano passado, continua o manifesto desinteresse em ingressar na magistratura. É bem claro que preferem os bachareis a advocacia ou outros cargos na administração pública que, inicialmente, lhes dão maiores proveitos de ordem econômica. Por isso, os 7 cargos de juízes substitutos permanecem vagos, o que tem dificultado uma mais pronta e eficiente distribuição de Justiça".

Patenteia-se, assim, a necessidade da correspondência, na situação atual, de no tratamento para com a magistratura do Estado, quer de primeira, quer de segunda instância, se não compatível, como deverá ser, com a dignidade das funções, pelo menos relativo ao encarecimento do custo de vida, à semelhança do que se tem feito em outros Estados.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Uma comissão de desembargadores, e com a colaboração dos demais, estudou e elaborou sugestões atinentes à reforma da Organização Judiciária do Estado, de modo a atualizá-la, em face das inúmeras modificações ocorridas, posteriormente, à que vigora pelo Decreto-Lei n. 431, de 19 de março de 1940, sugestões essas que encaminhadas ao Exmo. Snr. Dr. Aderbal Ramos da Silva, então Governador do Estado, já foram oferecidas à consideração da Assembléia Legislativa.

INSTALAÇÕES DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Em meus relatórios referentes aos anos de 1948 e 1949, já disse e agora repito, por ser ainda pior a situação das instalações dos serviços judiciários, o seguinte:

"O edifício onde funciona o Tribunal de Justiça, cartórios da 1ª. e 2ª. varas, registro civil, e o Tribunal do Júri, já não comporta os serviços que ora se acham nele sediados. No Tribunal de Justiça, nada se acha convenientemente instalado, pela exiguidade de espaço. A Biblioteca já não permite a colocação de novas estantes de livros, a Procuradoria Geral do Estado precisa de ampliação, e a Corregedoria

Geral do Estado está provisoriamente instalada na sala dos desembargadores. A sala das sessões do Tribunal necessita ser aumentada, de modo que haja lugar bastante para a assistência e se dê lugar reservado, como em outros tribunais, para os advogados.

Na parte ocupada pelos juízes de primeira instância, é chocante o seu confronto com as instalações que já possuem outras Comarcas do Estado. Os cartórios, a sala dos juízes e promotores, a sala do júri, além de pequenas, têm ruim estado de conservação, estão precisando de consertos e de pintura, e de mobiliário condigno, de modo que se faça desaparecer a desagradável impressão que nos causam as péssimas instalações dos juizados da Capital, que funcionam no edifício do Tribunal. Estamos certos de que o Poder Executivo providenciará a respeito, com a solicitude que sempre tem tido para com este Poder".

CORREGEDORIA E PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A Corregedoria Geral do Estado foi, durante o ano de 1950, exercida pelo Exmo. Snr. Des. Edgar de Lima Pedreira, e os cargos de Procurador e Sub-Procurador Geral do Estado, respectivamente, pelos Exmos. Snrs. Drs. Milton Leite da Costa e Vitor Lima. Ponho de relevo a ação valiosa e eficientíssima que os titulares desses importantes cargos deram, durante o ano que terminou, aos serviços deste Tribunal e, de modo geral, à ordem forense na justiça de primeira instância.

ATIVIDADE FUNCIONAL DO TRIBUNAL

Em 1950 foram realizadas pelo Tribunal e suas Câmaras, e pelo Conselho de Justiça, 257 sessões e julgados 596 feitos. O Tribunal Pleno reuniu-se 53 vezes e julgou 195 feitos, e o Conselho de Justiça efetuou 44 sessões e julgou 8 feitos. A Câmara Cível realizou 80 sessões e efetuou 257 julgamentos. A Câmara Criminal realizou, também, 80 sessões e julgou 136 processos.

SECRETARIA, CARTÓRIO E BIBLIOTECA

Os trabalhos da Secretaria, Cartório e Biblioteca, sob a direção, respectivamente, do Sub-Secretário Nair Caldeira Gonzaga, substituindo o Secretário Euclides Jorge da Cunha, que se acha em gozo de licença-prêmio, Escrivão Abelardo da Costa Arantes e Eurico Soares de Oliveira —, vêm sendo executados, com toda a regularidade, por todos os funcionários, sem exceção, com dedicação, disciplina, critério e eficiência, sendo, assim, merecedores de todos os elogios desta Presidência".

MINISTÉRIO PÚBLICO

A chefia do Ministério Público no Estado de Santa Catarina foi entregue ao Exmo. Snr. Dr. Fernando Ferreira de Mello, que, na legislatura passada, emprestou o brilho de sua inteligência aos trabalhos desta Assembléia, tendo já, anteriormente, pertencido ao quadro dos promotores públicos.

Existe, também, em trânsito, no legislativo estadual, a Lei Orgânica do Ministério Público, cuja votação e adaptação às verdadeiras condições do Estado constituem uma necessidade urgente.

CONSULTORIA JURÍDICA DO ESTADO

A Consultoria Jurídica do Estado, foi criada através da Lei n. 230, de 4 de dezembro de 1948, como órgão destinado a atender às necessidades do Governo do Estado, na solução dos problemas jurídico-administrativos.

No ano de 1950, a Consultoria Jurídica do Estado, ainda em fase de organização, teve o movimento de serviço que esquematizamos no quadro abaixo:

Pareceres	94
Ofícios recebidos	82
Ofícios expedidos	91
Telegramas recebidos	10
Telegramas expedidos	12
Informações	15
Portarias	12

A Consultoria sempre procurou atender aos Municípios quando procurada para consultas ou esclarecimentos de dúvidas referentes à administração municipal, indicando as soluções jurídicas dos problemas ou, quando assim o exigia a matéria, recomendando os trâmites legais para um pronunciamento oficial.

Conquanto a regulamentação da Consultoria Jurídica do Estado seja exigência que decorre de preceito legal (Lei n. 230), até a presente data esta repartição não conta com o indispensável Regulamento. O Poder Executivo, dando cumprimento àquele dispositivo legal, mandará elaborar, oportunamente, o respectivo Regulamento, com o qual ficarão definidas as atribuições do corpo funcional dessa repartição, com imediata e real vantagem para o serviço público.

PREFEITOS DE LIVRE NOMEAÇÃO DO GOVERNO

Por força de lei federal, dois municípios no Estado de Santa Catarina têm os seus chefes do Poder Executivo nomeados, livremente, pelo Governador do Estado: Florianópolis e São Francisco do Sul. Desta maneira, responde o Poder Executivo Estadual pela forma por que correm os negócios públicos municipais nessas duas comunas.

Para dirigir o Município da Capital, cujas necessidades todos os Snrs. Deputados devem reconhecer como inadiáveis, foi escolhido o Snr. Deputado Paulo de Tarso da Luz Fontes, que, tendo pertencido por quatro anos a esta Assembléia, a ela fôra reconduzido nas últimas eleições.

Pretende o Governo, dentro das possibilidades financeiras, no momento infelizmente limitadas, assistir com o maior interesse os problemas da Capital. São Francisco tem como prefeito o sr. Dr. Alfredo Darcy Addison.

INTERCÂMBIO COM OS OUTROS ESTADOS

Pela sua situação geográfica, o Estado de Santa Catarina, mais do que qualquer outro, vive em ligação íntima com as unidades vizinhas. Sentindo esta realidade, o Governo do Estado procurará estabelecer o intercâmbio cultural e econômico com o Paraná e o Rio Grande do Sul. Dando início a este programa, por ocasião da visita do Governador do Paraná, Dr. Bento Munhoz da Rocha, a Joinville, durante as festas do seu centenário, foi estabelecida, em princípio, uma cooperação econômica de real vantagem para os dois Estados.

Com os outros Estados da Federação pretende também, o Governo do Estado, manter um grande intercâmbio. Visando esse objetivo, foi convidado a visitar o nosso Estado o Governador de Alagoas, Snr. Arnão de Melo, que, proximamente, nos dará a honra de sua presença.

POLÍTICA SOCIAL

EDUCAÇÃO POPULAR

A educação popular no Estado de Santa Catarina é processada através dos seguintes ramos de ensino:

ENSINO PRIMÁRIO, que abrange duas categorias de ensino:

- 1) o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos, ministrado através dos Grupos Escolares, Cursos Primários Complementares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas;
- 2) o ensino primário supletivo, destinado a adolescentes e adultos analfabetos, e que é ministrado através das Escolas Supletivas e Classes de alfabetização.

ENSINO NORMAL, que é ministrado em dois ciclos. O primeiro compreende o Curso de Regentes de Ensino Primário, em quatro anos, e o segundo, o Curso de Formação de Professores Primários, em três anos. Compreende, ainda, o Ensino Normal, cursos de Especialização para Professores Primários e de Habilitação para Administradores Escolares do grau primário.

O Ensino Normal é ministrado através dos seguintes estabelecimentos de ensino:

- 1) Curso Normal Regional, destinado somente ao primeiro ciclo do ensino normal;
- 2) Escola Normal, destinada ao segundo ciclo desse ensino; e ciclo ginásial do ensino secundário;
- 3) Instituto de Educação, destinado a ministrar, além dos cursos próprios da Escola Normal, o ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário.

O ensino normal e primário se rege pelas leis orgânicas estaduais: decretos-leis n. 257, de 21 de outubro de 1946 e 298, de 18 de novembro de 1946, e que foram expedidas para cumprimento das respectivas leis orgânicas federais (decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946 e decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946).

ENSINO SECUNDÁRIO é ministrado através dos ginásios (1º ciclo) e Cursos Clássico e Científico (2º ciclo), em estabelecimentos denominados "Colégio".

ENSINO COMERCIAL, ministrado através da Faculdade de Comércio, Escolas de Comércio e Cursos Práticos de Comércio.

ENSINO PROFISSIONAL, ministrado através da Escola Profissional Feminina, dos Cursos de Aprendizagem Industrial e Comercial e da Escola Industrial de Florianópolis, aquela de iniciativa estadual e éstes mantidos pelo Governo Federal.

ENSINO SUPERIOR, ministrado através das Faculdades de Direito, Odontologia e Farmácia e de Ciências Econômicas.

O ensino no Estado é mantido pelos Governos da União, do Estado e dos Municípios, bem como por particulares.

Atualmente, funcionam no Estado de Santa Catarina as seguintes unidades escolares:

Grupos Escolares Estaduais	112
Grupos Escolares Municipais	1
Grupos Escolares Particulares	35
Cursos Primários Complementares Estaduais	94
Cursos Primários Complementares Particulares	8
Escolas Reunidas Estaduais	113
Escolas Reunidas Municipais	—
Escolas Isoladas Estaduais	1.584
Escolas Isoladas Municipais	1.340
Escolas Supletivas Estaduais	12
Cursos de Educação de Adultos	200
Cursos Normais Regionais Estaduais	42
Cursos Normais Regionais Municipais	1
Cursos Normais Regionais Particulares	11
Escolas Normais Estaduais	2
Escolas Normais Particulares	10
Instituto de Educação Estadual	1
Ginásios Estaduais	2
Ginásios Municipais	1
Ginásios Particulares	21
Colégios Estaduais	1
Colégios Particulares	6
Escolas de Comércio	5
Escola Industrial	1
Cursos Práticos de Comércio	7
Escola Profissional Feminina	1
Faculdade de Ciências Econômicas	1
Faculdade de Direito	1
Faculdade de Farmácia e Odontologia	1

REORGANIZAÇÃO DO ENSINO

A situação do ensino público é desoladora. Não se resguardando da intromissão dos interesses partidários, o magistério catarinense sofre, hoje, as graves consequências desse mal.

É pensamento do Governo colocar o ensino à margem de informações político-partidárias e, com a colaboração dos reais valores que militam na instrução pública, restabelecer o princípio de autoridade, tornar efetivas as responsabilidades e fazer com que o ensino estadual seja, na realidade, um veículo de educação e de instrução da juventude.

Urge, também, uma completa remodelação do nosso magistério, reaparelhando-o de novos equipamentos e levantando, através de uma reforma em moldes elevados e modernos, o nível educacional do ensino catarinense. Com esse objetivo o Governo já se dirigiu às autoridades federais, providenciando a requisição de um técnico capaz de realizar essa tarefa.

O QUADRO DE PROFESSORES

A 31 de janeiro do corrente ano, havia 803 professores normalistas, 486 regentes do ensino primário, 93 professores complementaristas, 5 professores auxiliares e 2.532 extranumerários, perfazendo o total de 3.919 professores, havendo um excesso de 403 professores.

Desse excesso, apenas parcialmente real, pois alguns extranumerários eram substitutos de professores efetivos licenciados, já foram dispensados 192 professores extranumerários, existindo ainda 43 professores efetivos excedentes, por falta de classe, sendo 23 em escolas reunidas e 20 em grupos escolares, os quais estão sendo designados para outros estabelecimentos, onde há vagas.

A existência de professores excedentes nos estabelecimentos de ensino decorria de haver o Governo anterior, com o fim de ampliar o número de empregos, desdobrado classes sem o número necessário de alunos ou colocado profes-

sos à disposição de outras repartições, com vencimentos, mas sem função. Sem providenciar a restauração das classes e a dispensa dos professores admitidos apenas para receber o vencimento, abriu concursos de remoção e de ingresso e reversão, considerando vagas tôdas as classes cujos ocupantes não eram efetivos.

Tendo sido realizado e aprovado o primeiro deles, isto é, o de remoção, muitas classes fictícias foram preenchidas por professores efetivos e várias outras ficaram em aberto, figurando no edital que abriu o concurso de ingresso e reversão.

Por outro lado, havia classes realmente vagas, deixadas por professores que se valeram do concurso de remoção.

Para que tais classes pudessem funcionar, até o preenchimento por professores efetivos, foram admitidos 139 extranumerários.

A despesa prevista para a manutenção do professorado primário eleva-se a Cr\$ 48.640.600,00.

Como o orçamento vigente consigna apenas a verba de Cr\$ 31.467.200,00, verifica-se a insuficiência de Cr\$ 17.173.400,00, donde a necessidade da competente suplementação de verba, como abaixo se discrimina:

Categoria	Orçamento	Desp. prevista	Insuficiência
Normalistas	11.340.000,00	12.078.400,00	738.400,00
Regentes	1.890.000,00	6.123.600,00	4.233.600,00
Complementaristas	948.600,00	948.600,00	—
Auxiliares	45.000,00	45.000,00	—
Extranumerários	17.243.600,00	29.445.000,00	12.201.400,00
Total	31.467.200,00	48.640.600,00	17.173.400,00

ANULAÇÃO DO CONCURSO DE INGRESSO E REVERSÃO

Ciente das irregularidades existentes nos quadros do magistério primário, mencionados no item anterior, não quis o Governo aprovar o Concurso de Ingresso e Reversão de Professores, aberto pelo Governo anterior.

Aliás, o referido concurso não poderia ser de forma alguma aprovado, pois, além das circunstâncias já apontadas, ocorriam mais os seguintes fatores que obstavam a admissão de novos professores efetivos:

- a) falta de lotação no quadro único;
- b) falta de dotação orçamentária.

Realmente, não havia dotação orçamentária nem para pagar os professores já admitidos, os quais ultrapassam a lotação do Quadro Único do Estado, como se verifica pelo demonstrativo abaixo:

Professores	Orçamento	Quadro	Realidade
Normalistas	750	750	803
Regentes	150	200	486

Para que fôsse possível a aprovação do Concurso de Ingresso e Reversão, tornava-se necessária a existência de vagas no Quadro Único do Estado e dotação orçamentária em número de 900 professores normalistas e 800 regentes do ensino primário.

BÓLSAS ESCOLARES E MATRÍCULAS

A dotação para "bolsas escolares" é de Cr\$ 400.000,00, tendo atingido, entretanto, a despesa, a um total de Cr\$ 454.800,00. O "deficit" nessa verba é de Cr\$ 54.800,00.

Com as "matrículas" sucede o mesmo. Com uma verba orçada de Cr\$ 208.600,00 e uma despesa de Cr\$ 322.183,00, o "deficit" eleva-se a Cr\$ 113.583,00.

SOPA ESCOLAR

A distribuição da sopa escolar vinha sendo feita dentro de um critério errôneo e injusto. Errôneo porque os estabelecimentos recebiam verbas segundo o pedido das direções, acontecendo freqüentemente que a educandários com matrícula elevada era paga importância inferior à atribuída a outros de menor matrícula. Injusto porque, não se podendo estender esse benefício a todos os grupos escolares dentro da verba orçada de Cr\$ 900.000,00, diversos estabelecimentos ficavam privados da sopa escolar. Há vários anos que vem sendo mantida a mesma verba, sem se levar em linha de conta o aumento progressivo não só de educandários beneficiados com cozinha escolar, como também da matrícula desses estabelecimentos.

A situação, reduzida a números e cifras, é a seguinte:

- a) Em 1951, cinco educandários novos receberam sopa escolar.
- b) Importância dispendida com a manutenção da sopa, em 1950 Cr\$ 1.329.750,00
- c) Verba orçada para o mesmo exercício e que não foi suplementada 900.000,00
- d) Verba orçada para 1951 900.000,00
- e) Importância necessária em 1951, se a verba fôsse calculada rigorosamente pelo número de matrículas, à base de Cr\$ 0,20 por unidade e 26 dias letivos por mês (mensal Cr\$ 171.877,80 multiplicado por 9 meses) 1.546.900,20
- f) A pagar, no corrente exercício, conforme reajustamento, feito aproximadamente pelo número de matrícula (mensal Cr\$ 162.200,00, multiplicado por 9 meses) 1.459.800,00
- g) Excedente sobre a verba orçada 559.800,00

O Governo, adotando um critério básico uniforme, estendeu o benefício a todos os educandários dotados de cozinha escolar, necessitando, para isso, de fazer a necessária suplementação da verba no valor de Cr\$ 559.800,00.

ENSINO TÉCNICO

Escola Profissional Feminina

É bem satisfatório o resultado dos cursos ministrados pela Escola, a qual vem prestando um serviço realmente notável às jovens desejosas de aprimorar as suas prendas domésticas.

Observa-se, todavia, que o material escolar é levado de casa pelas alunas, quando devia existir verba orçamentária que permitisse à própria Escola fornecer esse material. O Governo diligenciará, oportunamente, no sentido de sanar essa irregularidade e tornar o estudo menos dispendioso para as alunas que frequentam os cursos da Escola Profissional Feminina.

Abrigo de Menores

Como obra de assistência social, é uma das mais bem organizadas entre as congêneres de todo o país. Há, todavia, deficiências que se devem lançar à conta de falta de verbas, de vez que estas continuam sendo as mesmas de há três ou

quatro anos atrás, quando, nesse interregno, registrou-se sensível majoração em quase todas as mercadorias.

As verbas federais que desde 1949 vêm sendo votadas para subvenção do Abrigo, e que seriam suficientes para garantir-lhe todas as despesas, têm caído em exercício findo por falta de providências dos poderes públicos junto às repartições competentes. Perdeu o Abrigo, assim, milhares de contos de réis, quando, com esse auxílio, teria ampliado e melhorado convenientemente as suas instalações.

O relatório apresentado pelo seu Diretor nos diz que ali funcionaram regularmente todos os cursos. Graças aos ingentes esforços dos professores houve ótima percentagem de promoções.

Escolas Práticas de Agricultura

São duas as Escolas Práticas de Agricultura: a "Vidal Ramos" de Canoinhas e a "Caetano Costa", de Lajes. A situação dessas escolas e os seus resultados práticos vão analisados no seguinte relatório:

"O programa de disciplina está a merecer revisão, com ampliação das aulas práticas. A falta de corpo docente completo e de professores especializados tem contribuído, também, para diminuir a eficiência do ensino.

A fuga dos diplomados às atividades agrícolas tem prejudicado profundamente o cumprimento da finalidade precípua das Escolas, qual seja a de preparar homens para o campo. Os alunos que completam o curso, valendo-se do conhecimento teórico que adquiriram, inclusive das disciplinas fundamentais, preferem encostar-se a cargos públicos ou a empregos outros que, mais cômodos, lhes permitam fruir o ambiente das cidades. Perdem-se, assim, anualmente, elementos inúmeros que seriam de inestimável valia para as atividades agrárias.

O número de alunos que frequentam as escolas práticas é, atualmente, muito pequeno, em um Estado com bem mais de um milhão de habitantes e que tem na agricultura uma de suas principais riquezas. Na escola de Lajes, matricularam-se 34 alunos, dos quais apenas 19 realizaram o exame final, sendo reprovados 4. Este ano a matrícula subiu para 40. Na de Canoinhas, de 40 alunos matriculados, 31 concluíram o ano letivo.

O aumento do número de alunos, além de representar aumento de despesas proporcionalmente muito reduzido, possibilitaria o desenvolvimento da própria eficiência das Escolas, proporcionando a mão-de-obra necessária ao funcionamento de seções que atualmente se acham paralisadas pela falta de pessoal para atender aos serviços. A simples observação da despesa anual de cada um destes estabelecimentos, pelas verbas orçamentárias, — Cr\$ 248.480,00 para a Escola de Canoinhas e Cr\$ 271.840,00 para a de Lajes — permite verificar-se o elevado custo unitário do ensino, dada a reduzida matrícula. Com o número de alunos bastante ampliado, diminuiria grandemente a despesa proporcional do estabelecimento e lucraria a economia estadual com a aquisição anual de algumas dezenas de técnicos práticos, aptos a prestarem excelentes serviços à agro-pecuária.

A despesa **per capita** é de Cr\$ 8,00 para a Escola de Canoinhas e Cr\$ 14,00 para a de Lajes.

Providências já foram tomadas para melhor funcionamento dessas Escolas, na parte que se refere ao suprimento de professores.

Seria medida de relevante alcance, a assinatura, pelo responsável, de um termo de compromisso, no ato da matrícula do aluno durante determinado tempo que corresponde à inversão das despesas do ensino em benefício da melhoria dos processos visando maior e melhor produção".

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

A Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes Analfabetos, patrocinada pelo Ministério da Educação e Saúde, e iniciada no ano de 1947, prosseguiu, em 1950, com grande entusiasmo por parte das autoridades escolares e do povo, notando-se, nos seus três anos de execução, progressão considerável:

1947	120 cursos
1948	174 cursos
1949	200 cursos
1950	200 cursos

BENEFICÊNCIA DOS PROFESSORES DE SANTA CATARINA

A Beneficência dos Professores de Santa Catarina, instituída pelo Decreto n. 101, de 10 de outubro de 1947, conta, atualmente, com seis mil cento e trinta e quatro associados.

Acaba de efetuar o pagamento do trigésimo pecúlio, no valor de nove mil cruzeiros (Cr\$ 9.000,00).

CASA DOS PROFESSORES DE SANTA CATARINA

Sob o patrocínio do Departamento de Educação, movimentou-se o professorado barriga-verde no sentido de construir a Casa dos Professores de Santa Catarina.

A Campanha vem merecendo apóio de todas as autoridades federais, estaduais e municipais.

Recebeu, também, generosa acolhida de todas as classes sociais.

A Casa dos Professores de Santa Catarina tomará, juridicamente, a forma de uma fundação, sob o controle e direção do Governo do Estado.

Já se encontra depositada, na Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, a quantia de Cr\$ 443.716,80 (quatrocentos quarenta e três mil setecentos e dezesseis cruzeiros e oitenta centavos), proveniente de donativos (Decreto n. 16, de 28 de março de 1951).

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Carreira de Inspetor Escolar

O Governo do Estado, com vistas à fiscalização mais eficiente do ensino, está estudando a ampliação da carreira de Inspetor Escolar, em aumentando, assim, o número das circunscrições escolares.

Carreira de Diretor de Grupo Escolar

Até fins do corrente ano, estarão em funcionamento cento e quinze grupos escolares, razão por que se encaminhará, em tempo oportuno, projeto de lei sobre o acréscimo de cargo na carreira de Diretor de Grupo Escolar, do Quadro Único do Estado.

Carreira de Professor Normalista e cargos isolados de Regente de Ensino Primário

Tendo em vista o concurso para ingresso e reversão de professores nos estabelecimentos de ensino primário, está o Governo elaborando projeto de lei, ampliando a carreira de Professor Normalista e a lotação dos cargos de Regente de Ensino Primário, que assegurará o provimento normal de escolas ou classes interinamente preenchidas.

BIBLIOTECA PÚBLICA

A Biblioteca Pública continua prestando assinalados serviços à vida cultural de Florianópolis. Do relatório apresentado pelo seu Diretor, referente às atividades da Biblioteca durante o exercício de 1950, destacamos o quadro administrativo do movimento dos consulentes registrado no decênio 1940-1951:

Anos	Consulentes
1940	22.075
1941	30.178
1942	34.109
1943	38.617
1944	42.126
1945	33.743
1946	44.000
1947	41.662
1948	41.618
1949	47.313
1950	42.406

As instalações da Biblioteca, porém, são demasiado acanhadas, incapazes de acolher o contínuo afluxo de livros que aumentam e enriquecem o seu patrimônio bibliográfico. O Governo, atento também ao fato de achar-se relativamente próxima a data do centenário de sua fundação, que defluirá em 9 de janeiro de 1955, irá estudar os meios necessários para ampliar-lhe o prédio, dotando-a de instalações mais modernas e mais compatíveis com o nosso grau de cultura.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA

É propósito do Governo dispensar todo carinho à saúde pública, continuando a obra dos seus antecessores e ampliando-a de acordo com as necessidades atuais. No setor hospitalar notam-se duas grandes deficiências, como sejam: insuficiência de leitos e falta de isolamentos para moléstias infecto-contagiosas, principalmente para tuberculosos.

Os Centros de Saúde, disseminados por quase todas as cidades do Estado, são estabelecimentos que prestam reais serviços às populações pobres, notadamente dos centros urbanos e suburbanos. Faz-se mistér, entretanto, estender esses benefícios às populações rurais.

Para isso serão estudadas as bases de uma vasta e eficiente campanha de profilaxia rural ambulante. Veículos e ambulâncias aparelhados com médicos, enfermeiros e visitantes deverão percorrer as diversas zonas em que será dividido o território a ser coberto pela campanha. Esse serviço médico ambulante visará principalmente o combate à ancilostomose, mas estenderá também a sua ação terapêutica a todos os doentes e doenças, encaminhando aos hospitais os casos que não puderem ser resolvidos com os recursos próprios do ambulatório.

Procurará o Governo, também, na medida do possível, intensificar o combate à tuberculose. Para isso será localizada em toda a extensão do território do Estado uma cadeia de pequenos isolamentos anexos aos hospitais regionais, existentes em várias cidades, para recolhimento e tratamento especializado dos doentes respectivos. Só através do isolamento e do tratamento precoce, com todos os recursos da moderna técnica fisiológica, é que se poderá conter a marcha avassaladora da tuberculose, que tantas vítimas causa em nosso meio.

USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE

A Usina de Beneficiamento de Leite está aparelhada para beneficiar e industrializar grande quantidade de leite. A produção de leite, porém, na Ilha e seus arredores, é ainda muito irregular, havendo escassez em certos períodos do ano, principalmente nos meses invernosos, e sobrando em outros.

No ano de 1947 recebia a Usina aproximadamente 500 litros diários. Em 1949 a produção alcançou, durante o verão, a cifra inesperada de 5.000 litros diários, subindo para 7.000 no verão de 1950.

O excesso ocorre entre os meses de dezembro a fevereiro de cada verão. A partir de fevereiro a produção começa a declinar, baixando, nos meses de inverno propriamente ditos, para 3.500 litros. No corrente ano esse decréscimo agravou-se sensivelmente em virtude do violento surto de aftose e da raiva que vem grassando em diversos pontos da Ilha e arredores, obrigando o Governo a suprir a escassez com o transporte de leite do município de Blumenau para a Capital. Acresce, ainda, como agravante dessa situação, que o consumo aumentou consideravelmente de novembro de 1950 a março de 1951, culminando em u'a média diária de 1.000 litros sobre o consumo do verão de 1950. Sinão, vejamos:

Aquisição:

Leite adquirido pela Usina em fevereiro de 1950	145.781 litros;
Idem, em março de 1950	134.414 "
Idem, em fevereiro de 1951	138.314 "
Idem, em março de 1951	132.139 "

Consumo:

Leite distribuído pela Usina em fevereiro de 1950	91.029 "
Idem, idem em março de 1950	105.612 "
Idem, idem em fevereiro de 1951	112.694 "
Idem, idem em março de 1951	125.321 "

A diferença que se verifica entre a aquisição e a distribuição nos meses de fevereiro e março de 1951 refere-se ao leite retirado dos postos por motivos de acidez, caso em que é desnatado para industrialização.

Pelos dados acima constata-se que enquanto a aquisição do leite sofreu uma redução de 7.467 litros no mês de fevereiro, e de 2.275 no mês de março, o consumo aumentou em 21.665 litros no mês de fevereiro e em 19.709 em março do corrente ano. Esta a razão da escassez do leite que se vem verificando desde o mês de fevereiro, não tendo o menor fundamento a que se atribui ao retraimento dos fornecedores devido à redução do preço de Cr\$ 2,60 para Cr\$ 2,00. Essa redução, feita com o assentimento de todos os fornecedores, impunha-se diante do avultado prejuízo que vinha apresentando a Usina, prejuízo esse que, só no exercício de 1950, somou a importância de Cr\$ 998.000,00 em cifras redondas.

O preço de Cr\$ 2,00, porém, só vigora no verão. No momento o leite já está sendo pago à razão de Cr\$ 2,40 o litro, visto já haveremos ingressado no período em que há escassez.

Perquerindo as causas da escassez do leite no inverno, chegou-se aos seguintes resultados:

- a) baixa capacidade produtiva dos rebanhos leiteiros da Ilha e arredores;
- b) alimentação inadequada das vacas leiteiras;
- c) más condições das pastagens nativas durante os meses invernosos;

- d) época imprópria da parição das vacas; durante o verão, o tempo úmido e quente é próprio para a propagação das doenças;
- e) pelo fato de a Usina assegurar ao produtor e intermediário preço único durante as duas estações. Quando, natural seria que se ofertasse mais pelo leite de inverno, quando excessivo do que pelo de verão, época em que há sempre super-produção;
- f) a exploração do produtor pelo intermediário que, de uma maneira geral, fixa o preço que lhe convém, contribuindo para o desânimo e abandono da pecuária de leite;
- g) a valorização das terras e do gado, a dificuldade na obtenção de forragens concentradas, os transportes, concorrem para a diminuição do leite e seu encarecimento na fonte de produção.

Pela simples leitura dos itens acima, chega-se à conclusão de que o problema do abastecimento de leite à Capital durante o inverno só poderá ser resolvido definitivamente com o aumento dos rebanhos, providência essa que o Governo já está tomando.

TRABALHO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO

A primeiro de janeiro do ano corrente, entrou em vigor o artigo 223 da Constituição Estadual que assegura aos operários dos serviços públicos do Estado, no que lhes for aplicável, os mesmos direitos que as leis trabalhistas reconhecem aos operários em geral.

Esse dispositivo constitucional, cuja justiça e humanidade o Governo atual quer ser o primeiro a exaltar, necessita de regulamentação conveniente, afim de que possa vigorar, realmente. Tal regulamentação está sendo objeto da atenção do Executivo, que pretende enviar à Assembléia projeto de lei criando o Departamento Estadual do Trabalho.

IMIGRAÇÃO

Com o apoio do Governo Federal, o Estado pretende adotar um amplo programa de colonização, com a vinda de imigrantes nacionais e estrangeiros. Será ponto básico a preferência por agricultores e operários especializados.

Os primeiros passos para a execução do programa serão dados, no sentido de estudarem-se as terras de cultura do Estado disponíveis e a construção de uma hospedaria para imigrantes.

É o que se fará logo que as condições financeiras do Estado o permitam.

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação econômica do Estado que, em virtude da variedade das atividades, jamais poderá atingir o fastígio ou a decadência das regiões que se fixam num só gênero, é, no geral, alentadora. O aumento da produção tem adquirido um ritmo não muito rápido mas progressivo. Em qualidade tem melhorado consideravelmente tanto no setor agro-pecuário como no industrial. As exposições industriais comemorativas dos centenários de Blumenau e Joinville, bem como a VI Exposição Agro-Pecuária de Lajes, foram mostras grandiosas do nosso avanço nesse terreno.

A importação e a exportação mantiveram índices animadores. Pelas estimativas do Departamento Estadual de Estatística, podemos verificar que as exportações, no 1º semestre do ano passado, ascenderam a 569.080 ton. no valor de Cr\$ 915.650.000,00, um pouco inferiores ao 2º semestre de 1949, mas mesmo assim satisfatórias.

O equilíbrio foi devido ao estabelecimento, pelo Governo Federal, do regime de compensações. Atualmente, com a medida do Banco do Brasil, suspendendo esse gênero de operações com o exterior, acha-se a economia catarinense na expectativa de sérios embargos, que poderão levá-la a grave crise.

As nossas exportações de madeira, fécula, fumo e outros produtos dos nossos parques industrial e agrícola sofrerão colapso, se não for restabelecido aquele regime ou estabelecido outro que traga os mesmos bons resultados. O Governo do Estado, no campo de suas atribuições, está desenvolvendo esforços para evitar a crise que se prenuncia.

Já de outra feição se apresenta a situação financeira. São do relatório do Exmo. Sr. Dr. João Bayer Filho, digníssimo titular da pasta da Fazenda, as seguintes considerações: "À vista da situação aflitiva em que nos encontramos, temos, forçosamente, que tomar medidas severas, quicá drásticas, para equilibrar o orçamento. Assim, teremos que comprimir certas despesas; arrecadar o que nos é devido, com uma fiscalização eficiente e cem por cento honesta; e consolidar uma parte dos compromissos vindos da situação anterior, através de medidas extraordinárias que serão solicitadas à Assembléia. E, então, posta a Casa em ordem, restabelecida a igualdade fiscal, regularizada a arrecadação e saneadas as finanças, poderá o Governo executar o programa que se traçou".

DEPARTAMENTOS ESTADUAIS DE ESTATÍSTICA E DE GEOGRAFIA

Órgãos de real importância para a economia do Estado são o Departamento Estadual de Estatística e o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. Ambos serão objetos da melhor atenção do Governo, que procurará organizar seus serviços de modo que, cada vez melhor, atendam suas altas finalidades.

Ao primeiro deles, o Governo providenciará, no limite de sua competência, meios para que as estimativas e as estatísticas, principalmente as que interessem à economia estadual, sejam obtidas com maior rapidez.

Ao segundo, não faltará auxílio, afim de ser impresso, o mais rapidamente possível, o mapa geral do Estado, já em fase de conclusão.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Dentre as questões a que o Governo do Estado vota a mais cuidadosa atenção está a agricultura, fonte de riqueza para as populações do interior e garantia de abastecimento para os núcleos urbanos.

A assistência aos ruralistas continua sendo prestada por técnicos que lhes propiciam toda sorte de conhecimentos úteis: novos e aperfeiçoados métodos de cultura, visando melhor aproveitamento das terras cultiváveis e aumento da capacidade produtiva, por unidade de área; combate às moléstias e pragas da lavoura; controle da erosão; reflorestamento.

Simultaneamente, são fornecidos aos agricultores sementes selecionadas para o plantio, bem como arados e demais implementos necessários ao trabalho da lavoura.

A Diretoria de Fomento da Produção Vegetal, que funciona no regime do "Acôrdio Único" com o Governo Federal, mantém 72 campos de cooperação para distribuição de sementes de trigo, arroz, milho, feijão, batata, essências florestais, mudas, ovos de galinha de raça, inseticidas e fungicidas.

Nesses campos de cooperação, também, são feitas demonstrações do uso da maquinária empregada para a mecanização da lavoura.

Estava sem o devido controle número elevado de máquinas e aparelhos agrícolas, distribuído aos agricultores. Providências foram determinadas para o recolhimento das máquinas de pequeno-porte, afim de sofrerem consertos ou reajustamentos e serem redistribuídas, mediante carga, a responsável certo. As grandes máquinas foram todas cadastradas e devidamente localizadas.

As contas do exercício findo estavam pagas e o número de funcionários ou trabalhadores, reduzido ao necessário, o que proporcionou uma economia de ... Cr\$ 571.800,00.

Os funcionários pagos pelos cofres da União estão atrasados nos seus vencimentos, porque só em abril a repartição recebe a verba federal.

Um dos problemas que tem sido e continua sendo de difícil solução é o escoamento da produção para os centros de industrialização ou consumo. A falta de vagões na Rede Viação Paraná-Sta. Catarina tem motivado repetidas representações aos Ministérios de Agricultura e Viação bem como à Rede Viação Paraná-Sta. Catarina.

TRIGO

O problema da produção tritícola em Sta. Catarina tem sido objeto da melhor atenção do Governo Estadual.

Quando da recente vinda do Exmo. Snr. Dr. João Cleofas, digníssimo Ministro da Agricultura, o chefe do Poder Executivo teve ocasião de, em discurso, ventilar a questão nos seguintes termos:

"A presença de V. Excia. em nosso Estado vem abrir novas perspectivas para solução dos problemas que dizem respeito à agricultura catarinense, especialmente o ligado ao trigo, cuja produção, em boa hora intensificada pelo Governo Federal, vem desenvolvendo-se em ritmo crescente, tendo atingido, na safra de 1950, a mais de cem mil toneladas.

Há uma circunstância que, se não for encarada com a urgência e a energia reclamadas pela importância de que se reveste, levará por águas abaixo uma das mais vigorosas, oportunas e patrióticas tentativas já levadas a efeito em nosso país para a produção, em ampla escala, do trigo nacional, destruindo longos anos de trabalhos e de ingentes sacrifícios. É a que se refere à construção de silos e armazéns com câmaras de expurgos, circunstância essa que se torna tanto mais grave quanto se sabe que os meios de transporte, escassos e morosos, não permitem o rápido escoamento do produto.

Se não forem tomadas medidas urgentes nesse sentido, os nossos produtores de trigo ficarão à mercê de grandes prejuízos, como aliás já tem acontecido em safras anteriores, devido à falta de armazenamento adequado.

Santa Catarina confia na ação de V. Excia. para que a campanha do trigo não entre em colapso depois de haver alcançado os mais brilhantes resultados como índice de produção".

O Snr. Ministro prometeu atender estas reivindicações, obtendo-se, por outro lado, maior volume de sementes para distribuição aos triticultores.

RECUPERAÇÃO DA CULTURA DO CAFÉ

O Governo do Estado está interessado em recuperar a grande riqueza do litoral que é a cultura do café. Nesse sentido há, na Assembléia, um projeto de lei, cujo estudo nunca será demais encarecer.

O litoral de nosso Estado tem faixa que começa na Ilha de Santa Catarina e se estende para o norte até o município de Itajaí, onde população de nível econômico muito baixo necessita de auxílio imediato e carinhoso do Governo.

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

Também entrosada no Acôrdio Único com o Governo Federal. Tem um quadro de funcionários estaduais pequeno. São extranumerários. O maior número é o de diaristas, que sofreu corte para reduzi-lo ao estritamente necessário, sem prejuízo dos serviços.

A repartição ocupa-se do combate às pragas da lavoura e assistência aos lavradores.

O material de Defesa Agrícola, fornecido pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura e revendido aos agricultores, rendeu, no exercício passado, a quantia total de Cr\$ 3.656,90.

Foram montados dois depósitos metálicos, adquiridos pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, cada um com 220 m² de área, sendo um instalado em Florianópolis (Trindade) e outro em Joaçaba (Pósto Agro-Pecuário).

Além desses depósitos, foi construído, em Florianópolis (Trindade), um prédio com 160 m² para instalação de um Pósto de mistura de inseticida.

O Serviço adquiriu, em Concórdia, pela verba "Acôrdio", um prédio de dois pavimentos, onde se acha instalado e em funcionamento o Pósto Regional de Defesa Vegetal, que ali atuava em condições precárias de instalação.

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

A preservação da flora existente, com aproveitamento econômico em bases racionais, de forma a não prejudicar o conjunto florestal e a regeneração das espécies de valor, tem sido efetuada, simultaneamente, com o povoamento vegetal de várias zonas, de maneira a torná-las economicamente valiosas. Para a efetivação plena deste programa de trabalhos, o Estado mantém regime de "acôrdio" com o Ministério da Agricultura.

O Serviço mantém vinte e oito Campos de Cooperação de mudas e essências florestais em funcionamento no Estado.

Pelo decreto n. 393, de 13 de outubro de 1950, ficou criada a Reserva Florestal de Pilões e pelo de n. 397, de 7 de novembro, o Horto Florestal de Canasvieiras.

A repartição é mantida pela verba do "Acôrdio Florestal", no total de Cr\$ 900.000,00, sendo: contribuição do Governo Federal Cr\$ 600.000,00 e do Governo Estadual Cr\$ 300.000,00.

Os campos de cooperação produziram 1.096.298 mudas, que foram distribuídas entre 903 pessoas e entidades.

Está a cargo desse Serviço o registro e renovação de registro de serrarias. Aquêlê atingiu a 654, e o último a 1.479.

Estudada a organização do Serviço, foram recomendadas providências para compressão de despesas com o pessoal superlotado.

Nesse serviço, o Governo do Estado conta com a valiosa cooperação do Instituto do Pinho, a cuja frente se acha um catarinense, indicado e apoiado pelas classes madeireiras.

PRODUÇÃO ANIMAL

A Diretoria tem, sob seu controle técnico e administrativo, a Fazenda Modelo "Dr. Assis Brasil", Fazenda "Ressacada", Postos de Monta de Rio Vermelho, Lajes, Canoinhas, Tubarão e São Joaquim; Fazenda de Criação de Lajes e Usina de Beneficiamento do Leite da Capital.

As dotações orçamentárias, para ocorrerem às despesas com as suas atividades, procedem da que lhe é destinada pelo "Acôrdio Único", no montante de

Cr\$ 1.800.000,00, e da consignada no orçamento estadual, no total de
Cr\$ 1.725.820,00.

O plantel de animais de propriedade do Estado é, atualmente, de 252 cabeças, das seguintes raças bovinas: Jersey, Holandesa, Caracú, Devon, Flamengo, Charoleta, Durhan, Hereford, Schwyz e Normando, além de equinos de raça crioula e suínos das raças Duroc-Jersey, Poland China, Caruncho e Berkshire.

Foram importados cinco bovinos da Inglaterra, sendo quatro da raça Jersey e um Hereford, além de um touro Devon para um criador de Lajes. O número de suínos adquiridos alcançou a 39, das raças Poland China, Duroc-Jersey, Berkshire e Caruncho, sendo que os das três raças primeiro enumeradas foram procedentes da República Argentina, e localizados nos Municípios de Concórdia, Joaçaba, Canoinhas, Campos Novos, Tubarão e Florianópolis. O custo total destas aquisições atingiu a Cr\$ 226.357,90.

O rebanho pertencente ao Estado, localizado nos seus diversos estabelecimentos, conta os seguintes números:

Bovinos	240
Suínos	151
Ovinos e Caprinos	21
Aves	1.035

Constituem dependências subordinadas à Diretoria da Produção Animal, localizadas no interior do Estado, os Postos de Monta, cujo número, no corrente ano, aumentou de dois, com a transferência dos Campos de Sementes de Tubarão e São Joaquim para esta Diretoria, achando-se ainda em instalação o de Concórdia, cujas construções estão sendo levadas a término. São, portanto, atualmente, os seguintes, os Postos de Monta em funcionamento: Lajes, Canoinhas, Rio Vermelho, Tubarão e São Joaquim.

Estes Postos, além de manterem reprodutores para padreações, exercem a fiscalização dos reprodutores emprestados, dão assistência aos criadores e promovem a formação de reprodutores de raça.

Em 1950, apresentaram eles os seguintes dados:

Animais existentes	155
Aves	745
Nascimentos	54
Óbitos	16
Padreações	737

A repartição, que faz parte do "Acôrdio Único", tinha excesso de trabalhadores mensais e diaristas, que foram reduzidos em seu número, proporcionando uma economia para os cofres do Estado de Cr\$ 177.880,00.

As contas estavam pagas e as prestações em dia.

Verifica-se, entretanto, um certo tumulto na distribuição de reprodutores a particulares interessados na melhoria dos seus rebanhos.

Providências foram tomadas e os resultados são bons.

Outra falta notada na Diretoria foi a pouca produção de forragens para alimentação dos animais das Fazendas "Assis Brasil" e "Ressacada". Ambas as Fazendas dispõem de área suficiente para ampliação do cultivo de forragens verdes. Fazendo-se a mecanização dos atuais sistemas de trabalho, essa deficiência será corrigida.

No corrente exercício, com a economia resultante do excesso de pessoal servindo na repartição, é possível aumentar a verba, para aquisição de reprodutores, de Cr\$ 50.000,00 para Cr\$ 150.000,00.

EXPOSIÇÃO DE LAJES

Presente o Chefe do Executivo, o Estado prestigiou, da melhor maneira, a VI Exposição Agro-Pecuária da cidade de Lajes. Para estimular os criadores de raças finas foi destinada uma verba de Cr\$ 250.000,00 para compra de reprodutores, que serão entregues aos pequenos criadores.

SERVIÇO DE CAÇA E PESCA

Pelo termo de "Acôrdio" de 22 de dezembro de 1949, o Governo da União atribuiu ao Estado de Santa Catarina a execução, no território do Estado, das leis, regulamentos e demais disposições federais sobre caça e pesca.

Para execução desse acôrdio, a União concede ao Estado, anualmente, uma contribuição de Cr\$ 200.000,00.

Em dezembro de 1950, foi recebida essa importância, achando-se depositada na Agência do Banco do Brasil, nesta praça, à disposição do Governo Estadual.

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Como serviço articulado, incluído no Acôrdio Único, a Inspeção de Defesa Sanitária Animal, sediada em São José, prosseguiu as suas atividades de amparo e defesa dos rebanhos catarinenses.

Exerce a Inspeção os seus serviços através de 4 Laboratórios sediados, respectivamente, em São José, Lajes, Mafra e Araranguá: dois Postos de Desinfecção de Vagões (Pôrto União e Tubarão); quinze Postos de Vigilância Sanitária Animal e dezoito Banheiros Carrapaticidas, distribuídos pelo interior; e de instalações para coleta de material destinado à fabricação de vacina anti-aftosa.

Além da simples menção das obras executadas, como construção e ampliação de edifícios e pavilhões na sede e no interior, cabem ser reproduzidas as cifras que atestam o volume de trabalho da repartição.

Os Laboratórios elaboraram, durante o ano, 1.294.900 cm³ de vacina contra a peste suína; 112.031 doses de 10 cm³ de vacina contra a raiva; 56.542 doses de vacinas contra a cólera de aves; 43.825 doses de vacina contra a espirilose das aves e 8.000 doses contra o carbúnculo hemático.

Foram vacinados, no mesmo período, 575.050 animais, sendo que 349.910 contra a peste suína; 79.809 contra a raiva; 56.542 contra a cólera; 43.825 contra a epiteloma das aves e 44.904 contra diversas outras zoonoses. Foram vendidas 1.770 seringas.

Para a preparação dos diversos anti-bióticos foram abatidos 2.506 animais e 399 utilizados em testes de proteção das vacinas.

No mesmo período e em função de trabalho, foram visitadas 35.033 propriedades, sendo beneficiados 34.159 proprietários.

Os postos de desinfecção de vagões, de Pôrto União e Tubarão, desinfetaram 516 vagões e 94 caminhões.

A expansão da defesa sanitária animal vem assim poupando, à economia catarinense, milhões de cruzeiros, seja protegendo os rebanhos, seja renovando-os e revitalizando-os a um custo mínimo para o erário estadual, que investe a importância global de Cr\$ 500.000,00, por ano, na forma do Acôrdio firmado e vigente, correndo o restante da despesa por conta do Governo da União.

A renda industrial da Inspeção, resultante da venda, a preço de custo, de vacinas fabricadas, atingiu à expressiva cifra de Cr\$ 3.285.500,00, excedendo a do ano passado em Cr\$ 335.096,20.

Em todos os setores, tanto na arrecadação como produção, tanto no número de pecuaristas beneficiados como no de medicamentos vendidos, as atividades da Inspeção superaram as de 1949, atestando o desenvolvimento amplo de seus serviços em Santa Catarina.

Conta o Estado, assim, com um vigoroso organismo público, que lhe protege a riqueza pecuária, um dos esteios da vida econômica de nossa terra.

DIRETORIA DE ECONOMIA E ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

O sistema cooperativista tem por base o regime associativo para a solução dos problemas do abastecimento, da produção econômica, do consumo e da distribuição da riqueza e fiscalização de sociedades cooperativas.

A padronização de produtos é uma das formas de valorização da riqueza agro-pecuária.

O produto padronizado obtém o mercado, nele se fixa e amplia, pelas qualidades intrínsecas e extrínsecas resultantes de uma colheita racional, um beneficiamento adequado e uma armazenagem apropriada.

A classificação garante ao comprador o recebimento de produtos sadios, dentro das especificações regulamentares, permitindo-lhe a feitura de negócios a coberto da maldade e da fraude dos maus vendedores. Por outro lado, resguarda o comerciante de responsabilidades que ocorram, quanto ao estado da mercadoria no pôrto de destino, uma vez que o certificado emitido é a comprovação do valor qualitativo do seu embarque.

A D. E. A. C. conta com Inspetorias Regionais em Blumenau, Tubarão e Florianópolis e 12 Postos de Classificação e Fiscalização, nos seguintes municípios: Florianópolis, Laguna, Itajaí, Indaial, Ibirama, Timbó, Rio do Sul, Taió, Jaraguá do Sul, Joinville, São Francisco do Sul e Joaçaba.

A arrecadação de taxas cobradas, pela fiscalização dos produtos destinados à exportação, atingiu, em 1950, a Cr\$ 465.204,20, além de Cr\$ 7.950,00 de rendas indiretas (selos adesivos).

A repartição contava com um número elevado de funcionários e muito superior ao necessário para a marcha regular dos serviços. A equipe de Classificadores de Produtos Vegetais, exceção de três ou quatro, era de uma ineficiência alarmante.

Reduzido o número de pessoal e reestruturado o quadro de Classificadores, a economia atingiu cerca de Cr\$ 200.000,00.

O Governo do Estado mantém, com o Governo Federal, um acôrdio, entrando cada um com Cr\$ 50.000,00.

TERRAS E COLONIZAÇÃO

A Diretoria de Terras e Colonização superintende a venda de terras devolutas, os serviços de colonização e imigração, e tem a seu cargo o patrimônio das Caldas de Cubatão e a faixa de fronteiras.

A lei n. 134, de 28 de setembro de 1948, dividiu o Estado em nove distritos, com sede em Florianópolis, Tubarão, Blumenau, Lajes, Mafra, Chapecó, Canoinhas, Curitiba e Araquari.

Durante o ano findo, entraram no Estado 485 imigrantes de várias nacionalidades, que foram localizados nas zonas rurais de diversas regiões do Estado.

Com a O. I. R. (Organização Internacional de Refugiados) tem a Diretoria de Terras estudado a possibilidade da vinda de técnicos para o Estado, bem como a normalização da situação jurídica de inúmeras famílias, que aqui chegaram há anos passados.

Com a interferência do Sr. Ministro dos Países Baixos, foi possível conseguir-se a vinda de cinco famílias holandesas, bem como o estudo para a chamada de outras mais, daquela procedência.

Digno de menção, é o trabalho desenvolvido pelo Serviço Nacional da Malária, na zona de Tijupinhãs, onde se acha localizado o Núcleo Colonial. Inquéritos epidemiológicos, levantamentos de índices parasitários e esplenios, assim como da fauna anofélica e trabalhos profiláticos foi a tarefa desenvolvida em extensa zona por aquele serviço federal, visando proteger o Núcleo dos mosquitos transmissores da malária. Derrubadas de matagal baixo, destruição de bromélias, dedetização de casas residenciais, aspersão de matas, inspeções domiciliares permanentes, levantamentos topográficos de terrenos, construção de canais, drenagens, limpeza de rios, remoção de material dragado, construção de pontes, abertura de valetas, limpeza de faixas para construção de diques e outras obras importantes da engenharia sanitária são realizações do governo federal, a quem o Estado muito ficará a dever, pela soma de benefícios que advirá para aquela futura zona agrícola, cujo saneamento dar-lhe-á um surto de progresso que influirá sobremaneira na economia de toda uma operosa população.

A lei n. 586, de 23 de novembro de 1948, previa uma verba de dez milhões de cruzeiros para a instalação de um Núcleo Tritícola no Estado, cuja verba está à disposição do Governo.

O orçamento da República consignou para os Núcleos Coloniais Anitápolis e Senador Esteves Júnior, no ano que findou, a verba de dois milhões de cruzeiros, afim de melhorar-lhes a situação precária.

Na forma do parágrafo 3º do artigo 18, da Constituição Federal, foi assinado, a 7 de fevereiro de 1950, com o Governo da União, um termo de acôrdio que delegava poderes ao Sr. Diretor de Terras e Colonização para superintender aqueles Núcleos. Sob a supervisão do Sr. Diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, foram feitos o orçamento das verbas e os planos de trabalhos para os Núcleos. O arquivo foi organizado, levantada a dívida colonial e procedeu-se ao tombamento dos lotes titulados e dos não titulados.

A venda de terras realizada, distribuída entre os nove distritos de que se compõe o Estado, atingiu a importância de Cr\$ 1.835.065,10.

A expedição de títulos definitivos, num total de 139, alcançou a área de 93.660.914,50 metros quadrados.

O Estado não possui a discriminação e cadastro das suas terras devolutas.

O atual regime de concessão de terras exige alterações e reformas, através de medidas úteis e planos de colonização aparelhados com os necessários elementos de êxito.

O levantamento cadastral de toda a área do Estado se faz necessário, para conhecimento da situação exata das terras pertencentes ao patrimônio do Estado, em relação às do domínio particular.

Denúncias e reclamações chegam, constantemente, contra despejos praticados por proprietários de terras e de que são vítimas modestas famílias de agricultores, moradores de muitos anos, com plantações e benfeitorias.

Essas famílias se vêem, de um momento para outro, atiradas nas cidades, despovoando os campos, com prejuízo da produção e conseqüente agravamento do custo de vida.

A compressão de despesas feita no corrente exercício, com a redução de pessoal extranumerário, em excesso, veio trazer grande economia para os cofres do Estado.

A reestruturação da D. T. C. ainda não está completa. O Diretor está visitando todas as Inspetorias para julgar da reorganização da repartição.

PRODUÇÃO MINERAL

O Estado procurará estimular a produção mineral, assistindo, especialmente, à zona carbonífera do sul. Tem acompanhado também, com carinho, as demarques para a instalação da indústria de cimento no Vale do Itajaí, a qual aproveitará o calcário de Brusque e Camboriú.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

A estrada continua sendo a mais sentida reivindicação das populações do interior, dada a importância de que se reveste, já pelas necessidades habituais de transporte, já pelas novas exigências decorrentes do desenvolvimento econômico local.

Cada região tem sempre os seus problemas rodoviários a resolver, pleiteando a construção de novas estradas ou o melhoramento de antigas, a construção de pontes ou de outras obras de arte.

Chegam ao Governo solicitações de todas as zonas, no sentido de se lhes dar mais acesso e conseqüente escoamento, de sua produção industrial e agrícola, para os centros consumidores ou entrepostos comerciais.

No âmbito estadual, os serviços rodoviários estão sendo modernizados, com a substituição dos antiquados métodos de trabalho pelos equipamentos modernizados, que possibilitam maior rendimento de trabalho em tempo mais curto e com reduzida utilização do elemento humano.

São 10 as Residências do DER com as respectivas sedes e quilometragem de estradas em tráfego:

1ª. residência	— Joinville	475,8 km
2ª. "	— Blumenau	373,5 "
3ª. "	— Lajes	508,5 "
4ª. "	— Joaçaba	472,0 "
5ª. "	— Tubarão	604,8 "
6ª. "	— Canoinhas	378,0 "
7ª. "	— Curitiba	419,0 "
8ª. "	— Chapecó	595,0 "
9ª. "	— Florianópolis	550,0 "
10ª. "	— Rio do Sul	422,0 "

TOTAL 4.808,6 "

A receita total do DER, no exercício de 1950, atingiu a importância de Cr\$ 50.647.149,10, assim discriminada:

Verba estadual	Cr\$ 19.775.639,60
Contribuição federal	30.555.676,00
Receitas diversas	315.833,50
TOTAL	50.647.149,10

Situação financeira:

A — Débitos

Débitos de 1950 (DER)	Cr\$ 4.308.692,30
Débito da rodovia "Florianópolis-Joinville" (1950)	42.657,30
Débito de 1951 (DER)	364.674,40
Débito da rodovia "Florianópolis-Joinville" (1951)	1.267,80

Soma	4.717.291,80
Deduzindo-se as remessas às Residências, no mês de janeiro de 1951, na quantia de	373.000,00

Débito do DER, aos municípios, referente ao Fundo Rodoviário Nacional	1.808.645,60
---	--------------

Total	6.152.937,40
-------	--------------

B — Saldos

Em caixa	Cr\$ 49.257,60
Em Bancos:	
Cota DER	Cr\$ 61.665,90
Auxílio aos Municípios	1.655.997,10
Rodovia Fpolis-Joinville	244,50
Rodovia Lajes-Rio do Sul	311,20
Total	1.718.218,70
Total	1.767.476,30

C — Verbas que o Tesouro do Estado deixou de entregar ao DER, embora empenhadas

De 1949	Cr\$ 3.507.000,00
De 1950	6.963.960,00
Total	10.470.960,00

D — Fundo Rodoviário Nacional

A circunstância de haver o ex-diretor geral recebido do DNER, antecipadamente, a quantia de Cr\$ 2.000.000,00 por conta da quota do 4º trimestre de 1950, do Fundo Rodoviário Nacional, veio onerar, ainda mais, nesta importância, a execução do Programa de Trabalho para 1951.

Funcionalismo:

Constatou-se haver superlotação de funcionários em alguns setores, onerando, sem razão de ser, as despesas do Departamento, tendo-se observado, outrossim, a inexistência de qualquer critério seletivo na admissão de alguns servidores.

Administração:

Com respeito à parte administrativa, de um modo geral, notou-se a falta de interesse pelo trabalho atinente às obrigações do Departamento, e como conseqüência a falta de responsabilidade.

Justifica-se o que acima está confirmado:

1º — O estado de verdadeiro abandono em que se encontram as rodovias estaduais, hoje consideradas como as piores do país;

2º — o fato de, em prejuízo do DER, cederem-se, às Prefeituras e a particulares, veículos e máquinas que deveriam estar prestando serviços na conservação das estradas de rodagem estaduais;

3º — o se ter transformado a oficina mecânica do DER em oficina comercial, pois não raros foram os veículos, de propriedade particular, consertados na mesma, em detrimento dos serviços programados.

A vista do precário estado financeiro do DER, ficou resolvido que se limitassem as atividades exclusivamente à conservação da rede existente.

REVISÃO DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL

O plano rodoviário estadual será devidamente remodelado, assim que ficar definitivamente estabelecido o plano rodoviário nacional, o que deverá ser feito ainda este ano.

COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

Merece registro o fato de vários municípios estarem fazendo já a sua própria campanha rodoviária, com crescente vigor e resultados cada vez mais animadores.

Com a colaboração financeira e técnica do Departamento de Estradas de Rodagem, poderão as Prefeituras realizar obra harmônica e eficiente.

FERROVIAS

ESTRADA DE FERRO SANTA CATARINA

Pela Lei n. 771, de 21 de julho de 1949, foi renovado o Contrato de Arrendamento com o Governo Federal, onde estão previstas as medidas requeridas para o aparelhamento da Estrada e seu desenvolvimento, como também estabelecidas novas bases para a estrutura econômico-financeira das mesmas.

Pela Lei n. 1.263, de 6 de dezembro de 1950, o Governo Federal concedeu um crédito especial de trinta milhões de cruzeiros para a conclusão da ligação Blumenau-Itajaí.

Para o exercício de 1950, o orçamento aprovado pelo Governo Federal, relativo à Estrada de Ferro Santa Catarina e suas seções fluvial e rodoviária, estimou a receita em Cr\$ 4.674.800,00 e a despesa em Cr\$ 10.540.575,00, com um déficit de Cr\$ 5.865.775,00.

A realização orçamentária, porém, foi mais favorável, arrecadando-se a receita bruta de Cr\$ 5.780.239,40 e dispendendo-se Cr\$ 9.551.995,50, com o déficit de Cr\$ 3.771.756,10.

Houve, assim, um acréscimo de Cr\$ 1.105.439,40 na arrecadação, e uma diminuição na despesa, de Cr\$ 988.579,50, sobre a previsão orçamentária, com uma conseqüente redução no previsto de Cr\$ 2.094.018,90, isto é, cerca de 35%.

A situação econômica e financeira da Estrada tende para o equilíbrio, com o recebimento dos auxílios provenientes da garantia do déficit, prevista no contrato de arrendamento em vigor.

REDE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA

Esteve, em março, com o Governador do Estado, o novo diretor da Rede Viação Paraná-Santa Catarina.

Em reunião realizada nesta capital, foram acertadas medidas tendentes a solucionar o problema do escoamento da produção do Oeste e Planalto catarinenses.

PORTOS

PORTO DE SÃO FRANCISCO

Em abril de 1950, foi aberta concorrência para as obras complementares, que consistem na construção de armazéns, edifício da administração, instalações diversas, linhas férreas, instalação elétrica para os guindastes, etc.

Venceu a concorrência a Companhia Construtora Nacional S. A.

Foram iniciadas as obras dos cais n.ºs. 3 e 4.

Foi contratado, também, o fornecimento de 8 guindastes, sendo 6 de três toneladas e 2 de seis.

O Governo do Estado, nos primeiros dias de abril deste ano, conseguiu que a quantia de vinte milhões de cruzeiros fosse registrada pelo Tribunal de Contas, devendo, por conseguinte, em breve, ser entregue para a devida aplicação.

AEROPORTOS E CAMPOS DE POUSO

Pela disposição do seu território, situação de seu sistema de comunicações terrestres e relevo do solo, o Estado de Santa Catarina é dos que mais necessitam de serviço aéreo para transporte de passageiros e cargas.

O Governo do Estado procurará intensificar a construção de campos de pouso capazes de servir às aeronaves do tipo comercial, Douglas DC 3.

Nesse sentido, pleiteará o indispensável apoio do Ministério da Aeronáutica.

No presente exercício envidará todos os esforços para conseguir a construção da estação de passageiros de Florianópolis, com o empenho da verba de um milhão de cruzeiros consignada para tal fim no orçamento geral da República, bem como a de dois milhões destinada à reconstrução da estrada de acesso à Base Aérea.

ENERGIA ELÉTRICA

SERVIÇO DE LUZ E FORÇA

O problema do abastecimento de energia elétrica a Florianópolis e municípios vizinhos está com a sua solução bem adiantada.

Assim é que já foi construída a linha de transmissão Capivari-Fpolis, que, desde dezembro de 1950, época das primeiras experiências, vem transmitindo energia elétrica à Capital e permitiu a paralisação dos grupos Diesel-elétricos que supriam a cidade.

A linha foi experimentada em 23-12-50, tendo sido a inauguração oficial em 20-1-51.

Tal construção é o início de um plano de eletrificação, aconselhado pelos técnicos consultados pelo Governo do Estado e oferecendo a possibilidade de no futuro socorrer as empresas do norte do Estado e permitir a associação de uma usina térmica com usinas hidro-elétricas.

Ligada à Usina Térmica da Companhia Siderúrgica Nacional situada em Capivari, a linha de transmissão construída, coloca à disposição da Capital as grandes reservas de que dispõe aquela Usina, onde se encontram instaladas, em três unidades, 15000 KW.

A linha de transmissão tem 117,300 Km. de comprimento, com estruturas tipo H de eucalipto wolmanizado, cabo de cobre com 84,95 m2 de seção (3/0 B S) e transmite a energia com a tensão de 44000 volts.

Permite ainda, no futuro, para a transmissão de potências maiores, e com um aumento do isolamento, a transmissão a 110000 volts.

Foram construídas também a sub-estação abaixadora, no Estreito, próximo à ponte Hercílio Luz e sub-estação distribuidora do Largo Fagundes.

As linhas de distribuição na cidade foram completamente remodeladas e restabelecida a iluminação pública da cidade.

No lado da ilha a reforma já alcançou, de um lado, a rua Rui Barbosa, nas proximidades da Estação Agrônômica e do outro lado a rua José Mendes, estando programada em continuação, a reforma das redes atrás do Morro do Antão.

No Estreito a remodelação já alcançou a nova Escola de Aprendizes Marinheiros e a rua Santos Saraiva, estando programada a reforma das linhas que

vão para Biguaçu, São José, Palhoça e redes de distribuição nas referidas cidades.

Na Capital existem algumas localidades, como Trindade e Saco dos Limões, que ainda estão recebendo luz através da Usina de Maroim, assim como parte da cidade situada no continente e mais as de São José, Palhoça e Biguaçu. Em breve, porém, será feita a adaptação das linhas, de modo que a rede Capivari-Fpolis. cubra também as referidas localidades.

PROBLEMAS DA EMPRESA SUL BRASILEIRA DE ELETRICIDADE S. A.

Seria conveniente traçar, inicialmente, um rápido esboço do que representa o território servido pela EMPRESUL.

"É uma vasta região de aproximadamente 14264 km², cobrindo 15% da superfície do Estado de Santa Catarina, com um formidável potencial econômico, em contínuo e rápido desenvolvimento em todos os setores de atividade.

Situada no norte do Estado, medindo de leste a oeste cerca de 220 km de extensão e abrangendo ricas zonas de pequenas agriculturas com florescentes localidades, entre as quais, cidades industriais como Joinville e de real importância e outras em surpreendente crescimento, nas quais dia a dia se instalam e prosperam novas indústrias, cujos produtos encontram fácil mercado.

A reconhecida operosidade dos habitantes constitui sólida garantia do futuro da zona abastecida e assim, também, da EMPRESUL.

A linha de S. Francisco a Mafra, da Estrada de Ferro S. P. R. G. passa por esse território, e ainda está se realizando a construção da nova estrada estratégica.

O censo de 1950 acusou uma população de 274.254 habitantes.

O padrão médio de vida dos habitantes das localidades servidas pela Empresa, tem durante o último período, seu desenvolvimento melhorado sensivelmente, sendo notável no setor do serviço elétrico, a procura, cada ano mais acentuada.

Produção e distribuição de energia elétrica

No exercício de 1950, a produção total de energia elétrica, destinada a fins industriais e à iluminação pública e particular atingiu 38.015.896 kilowatt-horas, dos quais 29.596.574 kilowatt-horas foram produzidas pelas usinas da empresa e 8.419.322 kilowatt-horas pela Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A., com sede na cidade de Blumenau, verificando-se o acréscimo de 3.197.915 kilowatt-horas sobre a distribuição do ano anterior, isto é, mais 9,2%, apesar do racionamento preventivo em vigor.

Contribuiu para o acréscimo da distribuição de energia o suprimento de 8.419.322 kilowatt-horas pela Empresa Força e Luz de Blumenau, ou seja 19,70% das necessidades totais.

A produção, por usina, foi, assim, registrada:

Usina do Bracinho	21.235.366	kilowatt-horas
Usina do Pirai	6.892.388	" " "
Usina de São Lourenço	1.468.820	" " "

Do fornecimento total de 38.015.896 kilowatt-horas, 1.894.028 kilowatt-horas destinaram-se ao consumo da cidade de S. Francisco do Sul e Parati, 1.446.291 kilowatt-horas ao consumo da cidade de Canoinhas e 244.364 kilowatt-horas ao consumo da vila de Corupá.

O serviço de iluminação pública das cidades e vilas fez-se com o emprêgo de 4.628 lâmpadas, as quais atingiram a potência de 316.695 watts.

Com o aumento de carga no sistema da Força e Luz, será a disponibilidade desta para o suprimento à Empresul diminuída.

O Governo anterior colocou à disposição da Empresul, para compensação desta falta e até a conclusão das obras de ampliação da usina do Bracinho, quatro conjuntos Diesel-elétricos, com uma potência de 250 KVA cada um.

Ampliação da usina do Bracinho

A Empresa não iniciou as obras necessárias ao desvio das águas do rio do Júlio, as quais compreendem o túnel de derivação e a barragem de acumulação, por não ter, até a presente data, obtido o empréstimo requerido há cerca de um ano, ao Banco do Brasil.

A falta de recursos para a construção das obras em aprêgo, inclusive o aumento da casa de máquinas, situadas na referida usina, adiará por mais um ano a previsão para a conclusão dos trabalhos de ampliação da usina, com sérios prejuízos para a economia da região a que a Empresa serve.

A Empresa, apenas, continua a executar os serviços preliminares na região em que as obras serão realizadas, as quais são custeadas com recursos ordinários, retirados da sua receita anual.

Das firmas suíças Brown, Boveri e Escher Wyse S. A., foram adquiridas pela Empresa por contrato assinado, em 23 de setembro de 1949, duas turbinas a jato livre de 10.000 cavalos cada uma e dois grupos alternadores e transformadores de 10.100 KVA cada uma, além de material acessório, pelo preço de 2.512.750,00 francos suíços, equivalentes, em moeda nacional, à importância de Cr\$ 12.061.248,00, da qual já foram pagas no exercício de 1950 duas prestações no valor total de Cr\$ 5.830.222,20.

No exercício de 1950, a Empresa, por contratos assinados em 27 de julho e 1º de setembro do mesmo ano, adquiriu das referidas firmas o equipamento elétrico para dois novos grupos alternadores e transformadores de 10.100 KVA de capacidade cada um e a tubulação de distribuição e a válvula borboleta de segurança pelos preços, respectivamente, de 396.000,00 e 146.500,00 francos suíços, equivalentes a Cr\$ 1.900.800,00 e Cr\$ 703.200,00 em moeda brasileira.

Em obediência às cláusulas do contrato assinado, as firmas fornecedoras ficaram obrigadas a entregar a maquinária e o material acessório adquiridos no prazo de 24 meses, a contar da data de 23 de setembro de 1949.

As primeiras unidades serão despachadas das fábricas no fim de julho do corrente ano.

Com a aquisição da maquinária, equipamento elétrico e material acessório às referidas firmas, o compromisso assumido pela Empresa eleva-se à importância total de 3.055.260,00 francos suíços ou de Cr\$ 14.665.248,00, além das despesas de transporte e alfândega.

Estimativas de custo

Os orçamentos que serviram como base para os requerimentos do já referido empréstimo estão sendo atualizados à base dos preços ora vigentes.

Póde-se, porém, adiantar que será necessária maior importância, além de Cr\$ 50.000.000,00, para poder completar a obra da ampliação da usina do Bracinho.

Considerando a potência instalada, o custo unitário do cavalo ou quilowatt será um valor relativamente baixo conseguido, em face da homogeneidade do conjunto da obra e as previsões feitas nas instalações primitivas.

Fontes de energia no Estado

As fontes naturais de energia do nosso Estado são as usinas hidráulicas, que exploram as quedas de água mais acessíveis e economicamente aproveitáveis e

as usinas a vapor localizadas nas minas de carvão no Sul do Estado, as quais serão, no futuro, obras semelhantes às da Light, S. Paulo, se a crescente carga justificar tais realizações, como é de prever. O problema de construção de novas usinas não deve ser considerado isoladamente, mas do ponto de vista da economia nacional, devendo ter solução em conjunto.

Interligação de sistemas de energia

São bem conhecidas as vantagens advindas das operações em paralelo dos sistemas da Empresul e Empresa Força e Luz Sta. Catarina S. A. Está agora sendo estudado o problema da interligação das fontes de energia do sul, com as de hidráulica no norte do Estado.

Além de permitirem que as necessidades de um sistema se completem com as obras de energia de outros, as interligações têm demonstrado inúmeras outras vantagens econômicas e operativas, capazes de, por si só, justificarem a sua consideração.

Dessa forma, a maior prioridade deve ser concedida à construção de linhas de transmissão que unifiquem, em um conjunto, os maiores centros de consumo, as principais usinas atualmente operando e considerando ainda aquelas a serem construídas futuramente.

Outra coisa não está fazendo o Governo do Estado que estudar um amplo programa de eletrificação, capaz de atender o crescente desenvolvimento da indústria em Santa Catarina".

BOLSA DE VALORES

Aprovado pela Assembléia Legislativa o projeto de lei n. 98/49, que criou a Bolsa de Valores de Florianópolis, cuidará o Governo de dar-lhe execução o mais breve possível, pois trata-se de um órgão vital aos interesses do comércio e da indústria em nosso Estado, os quais, pela sua falta, são obrigados a canalizar para a Bolsa de Curitiba todo o seu movimento de títulos e valores.

BANCO DE CRÉDITO POPULAR E AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

O Banco de Crédito Popular e Agrícola de Santa Catarina como cooperativa de responsabilidade limitada, está subordinado ao Serviço de Cooperativismo do Estado.

No momento está atravessando uma situação grave, pode-se dizer de insolvência, tendo sustado, mesmo, todas as operações.

O Governo, entretanto, tudo fará para evitar prejuízos aos depositantes, assim como ao próprio Estado, que ali tem depositado pelo governo passado Cr\$ 1.016.222,00.

Nesse sentido já se dirigiu ao Serviço de Cooperativismo, repartição subordinada ao Ministério da Agricultura, o qual está estudando uma fórmula capaz de reerguer o referido estabelecimento.

OBRAS PÚBLICAS

As obras públicas — construção, conservação e reparos de edifícios públicos — dependem do recebimento dos recursos orçamentários para tal fim destinados.

Na impossibilidade de se atender simultânea e satisfatoriamente a todas as obras em andamento, merecem preferência as edificações iniciadas em exercícios anteriores.

Especial atenção deve ser proporcionada às reformas e consertos em edifícios públicos, principalmente nos Grupos Escolares, que constituem, atualmente, uma rede, considerável e valiosíssima, a se estender por todos os recantos do Estado, cuja construção foi iniciada há muitos anos, e que, por isso mesmo, já está a requerer constantes reformas e consertos em prédios e instalações.

A execução regular de todos estes serviços se torna, outrossim, mais dificultada, pela descentralização dos mesmos, que se efetuam nos mais diversos pontos do território estadual, muitas vezes em precário contacto com a Diretoria de Obras Públicas.

O orçamento aprovado pelo decreto n. 424, de 22 de dezembro de 1950, consignou as seguintes dotações para a Diretoria de Obras Públicas:

a) 74-2-26 — Para obras públicas.
construção Cr\$ 10.269.500,00

Essa dotação consignada para as despesas do atual exercício se mostra insuficiente para cobrir as obrigações assumidas pelo Estado.

Assim, já no primeiro mês do exercício, a verba, no importe de Cr\$ 10.269.500,00, estava reduzida a Cr\$ 881.974,90.

Os pagamentos que foram efetuados por conta dessa verba estão assim classificados:

Nº. do empenho	Data	Valor Cr\$	Pagamento
1	12/1	2.700.000,00	Serviços da linha de transmissão Capivari-Fpolis.
2	16/1	60.000,00	Grupo Escolar de Garopaba.
6	19/1	2.400.000,00	Serviços das linhas de transmissão Capivari-Fpolis.
4	17/1	108.046,80	Obras do novo serviço de abastecimento de Água de Fpolis., Tubarão e Esgoto de Lajes.
10	22/1	19.994,00	Conclusão das Escolas Reunidas de São Luiz, São Tomaz e Sítio Novo.
11	22/1	450.000,00	Obras da Adutora de Fpolis., Serviço de Água de Tubarão e Esgoto de Lajes.
Nº. do empenho	Data	Valor Cr\$	Pagamento
13	23/1	150.000,00	Obras do novo serviço de abastecimento de Água de Fpolis., Tubarão e Esgoto de Lajes.
14	24/1	28.000,00	Aquisição de um clorador para as obras da adutora de Florianópolis, serviço de água de Tubarão e Esgoto de Lajes.
15	24/1	600.000,00	Obras do novo serviço de abastecimento de Água de Fpolis., Tubarão e Esgoto de Lajes.
17	26/1	80.649,90	Destinada à construção da ponte de concreto armado sobre o Ribeirão Garcia, na cidade de Blumenau.
18	26/1	62.278,30	Diversas obras públicas no município de Piratuba.
19	26/1	12.300,00	Obras do G. E. de Valões.
20	26/1	15.000,00	Construção da estrada municipal de Rochadel.

Nº. do empenho	Data	Valor Cr\$	Pagamento
22	26/1	18.440,60	Obras do novo serviço de abastecimento de Água de Fpolis., Tubarão e Esgoto de Lajes.
23	29/1	1.833,90	Obras do G. E. de Garopaba.
24	29/1	1.000.000,00	Novo serviço de abastecimento de Água de Fpolis., Tubarão e Serviço de Esgoto de Lajes.
25	29/1	50.000,00	Obras do G. E. de Papanduva.
26	29/1	1.400.000,00	Obras da linha de transmissão Capivari-Fpolis.
27	30/1	200.000,00	Novo serviço de abastecimento de Água de Fpolis., Tubarão e Serviço de Esgoto de Lajes.
28	12/2	76.465,00	Fôlha de pagamento.
29	12/2	15.990,90	" " "
34	22/2	15.695,00	" " "
37	1/3	50.447,10	" " "
38	3/3	27.691,10	" " "
41	12/3	562,50	" " "
42	15/3	200.000,00	Serviço da linha de transmissão Capivari-Fpolis.

b) Verba 74-3-30 — Para conservação e melhoria da Usina, sub-estações e redes de luz e força no valor de Cr\$ 800.000,00.

Nº. do empenho	Data	Valor Cr\$	Pagamento
22	29/1	400.000,00	Destinada aos custeios da linha Capivari-Fpolis. e remodelação das linhas da cidade.
27	30/1	165.000,00	Pagamento das obras da linha de transmissão Capivari-Fpolis. e remodelação da linha de distribuição.

O saldo da verba em 26-3-51 — Cr\$ 167.895,80.

c) Verba 74-4-31 — Para consertos e conservação de edifícios públicos. Dotação — Cr\$ 900.000,00.

Nº. do empenho	Data	Valor Cr\$	Pagamento
67	28/2	55.298,00	Fornecimento de Água à Capital — Cia. Siderúrgica Nacional.
87	14/3	252.588,00	Fornecimento de Água à Capital — Cia. Siderúrgica Nacional.

O saldo da verba em 26-3-51 — Cr\$ 404.789,30.

Além desses empenhos, foram feitos outros de menor importância para atender serviços de rotina.

DÍVIDAS A SEREM PAGAS — 1950

Grupo Escolar de Massaranduba	25.113,00	
Grupo Escolar de Itoupava Central	19.005,00	
Escola Normal Pedro II	5.189,50	
Grupo Escolar de Sombrio	3.651,00	
" " " Xaxim	300.000,00	
" " " Videira	100.000,00	
" " " Papanduva	100.000,00	
" do Educ. Sta. Catarina	9.000,00	561.958,50

— 1951 —

Grupo Escolar de Itoupava	4.512,00	
" " " Massaranduba	17.734,00	22.246,00
		584.204,50

OBRAS A SEREM EXECUTADAS — 1951

Orçamento aproximado para a conclusão

Grupo Escolar de Ribeirão-Campo de Educação Física	50.000,00	
Grupo Escolar de Xaxim	700.000,00	
" " " Chapecó	1.100.000,00	
" " " Videira	900.000,00	
Maternidade Carmela Dutra	4.000.000,00	
Grupo Escolar do Educ. Santa Catarina	150.000,00	
Quartel da Polícia Militar em Canoinhas	108.000,00	7.008.000,00

CONSTRUÇÃO POR CONTA DE VERBAS FEDERAIS

Despesa de 1950 a ser paga

Escola de Itopaba	20.000,00	20.000,00
-------------------------	-----------	-----------

PONTE HERCÍLIO LUZ

De acordo com o contrato celebrado pelo Estado com a Empresa de Engenharia Oscar Machado da Costa, serão executados, na Ponte Hercílio Luz, os trabalhos de reforços, modificações do piso, reparações e pintura.

O contratante já apresentou, ao Estado, o projeto e o orçamento para os serviços de reforço, colocando a ponte em condições de resistir às cargas atuais, determinadas pelas N. B. 6 para pontes de primeira classe.

A quantidade total de material a ser empregado é de 449.645 kg. de peças metálicas, do qual 402.864 kg. é de material novo a ser adquirido e 46.781 kg. é de material retirado e aproveitado em outros lugares.

Os referidos serviços, de acordo com entendimentos havidos com o sr. engenheiro contratante, deverão ser brevemente iniciados.

Os anexos esclarecem as necessidades do Estado, para o atual exercício no setor da Diretoria de Obras Públicas.

Pela demonstração feita, ficou patente a necessidade de serem suplementadas as referidas verbas.

Acresce a circunstância de que nem a suplementação, que só poderá ser feita até o total da verba consignada, será suficiente para atender às despesas com obrigações comprometidas.

Será necessária a abertura de créditos especiais, uma vez autorizados pela Assembléia Legislativa.

Com a compressão das despesas já feitas com o pessoal, e a observação rigorosa do empenho, obedecendo a lei do duodécimo, as outras dotações consignadas no orçamento para a Secretaria e suas Diretorias, salvo imprevistos, não precisarão de suplementos. Resta ponderar que a arrecadação das rendas do Estado atinja a previsão orçamentária.

SERVIÇO DE LUZ DA CAPITAL

Para os serviços de luz da Capital e a conseqüente construção da linha de transmissão elétrica da Usina de Capivari de Baixo para Florianópolis, contraiu o Estado, com a Caixa Econômica de Santa Catarina, o empréstimo de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

O custo das obras, entretanto, atingiu à importância de Cr\$ 25.572.799,70, representativa de despesas pagas e a pagar, conforme discriminação abaixo:

Custo das instalações	25.572.799,70
Empréstimo da Caixa Econômica	10.000.000,00

Excesso sobre o empréstimo

O referido excesso até 12/3/51, compreende despesas pagas e a pagar, assim demonstradas:

Paga	13.403.668,10
------------	---------------

A pagar:

Tecnocerâmica S. A.	64.736,00
Altmann & Cia	19.049,50
Ludwig Lueth	88.556,00
Carlos Hoepcke S. A.	23.624,90
Line Mat. do Brasil	397.466,70
Schmidt, Wetzel & Co	91.257,90
Postes Cavan S. A.	114.863,80
Empresul	1.369.576,80
	2.169.131,60
	15.572.799,70

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTOS

Esses serviços compreendem o abastecimento de água da Capital e da cidade de Tubarão e instalação de esgotos sanitários da cidade de Lajes.

As despesas com a execução dessas obras, além de outras com estudos topográficos feitos em diversas cidades do Estado, correram por conta do empréstimo de Cr\$ 45.000.000,00, contraído com a Sul América Capitalização S. A.

O demonstrativo a seguir indica a aplicação do produto do referido empréstimo e de outros recursos de que se utilizou o Governo passado, para a consecução das citadas obras.

Verifica-se, do confronto entre a despesa realizada e a disponibilidade resultante do empréstimo, que houve o exesso de Cr\$ 10.613.241,60 (dez milhões seiscentos e treze mil duzentos e quarenta e um cruzeiros e sessenta centavos), representado por despesas pagas e a pagar.

DÍVIDA PÚBLICA

DÍVIDA CONSOLIDADA E A RESPECTIVA DOTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 1951

CONTAS	CATEGORIA	SALDOS	ORÇAMENTO DE 1951	
			Dotação	Verba
Apólices e Bônus em Circulação	Amortização	9.304.000,00	200.000,00	56-4-2
Idem, idem	Juros	—	498.570,00	56-4-3
Apólices Inalienáveis	Juros	—	496.580,00	56-4-3
Empréstimo Interno de Conversão	Amortiz. e Juros	4.688.554,10	313.955,00	56-4-2
Sul América Capitalização S. A. ..	Amortização	44.976.921,20	1.314.000,00	56-4-4
Idem, idem	Juros	—	3.574.240,00	56-4-5
Caixa Econômica Federal do Estado de Santa Catarina	Amortização	12.800.000,00	640.000,00	56-4-7
Idem, idem	Juros	—	1.011.200,00	56-4-8
Dívida Externa:				
Empréstimo Inglês — Plano "A" — Câmbio — 52,416		1.977.131,50		
Empréstimo Americano — Planos "A" e "B" — 18,72	Amortiz. e Juros	24.407.136,00	1.845.294,10	56-4-1
		98.153.742,80	9.893.839,10	

DESPESA AUTORIZADA COM O PRODUTO DO EMPRÉSTIMO DE Cr\$ 45.000.000,00 E OUTROS RECURSOS

SERVIÇOS	DESPESAS		CUSTO DAS OBRAS
	P/c empréstimo	P/c de outros recursos	
Abast. de Água de Florianópolis	34.971.466,80	1.850.815,80	36.822.282,60
Abast. de Água de Tubarão	6.027.500,00	2.560.605,20	8.588.105,20
Instalação de Esgotos de Lajes	2.177.579,20	4.503.200,90	6.680.780,10
Diversos	1.800.375,20	—	1.800.375,20
A classificar	—	276.021,40	276.021,40
A pagar	—	1.422.598,30	1.422.598,30
	44.976.921,20	10.613.241,60	55.590.162,80

RESUMO

Custo das Obras	55.590.162,80
Empréstimo Sul América	44.976.921,20

Excesso sobre o empréstimo

O referido excesso, até 31/3/51, compreende despesas pagas e a pagar, assim demonstradas:

Pagas	9.190.643,30
-------------	--------------

A Pagar:

Água de Florianópolis	315.515,80
Água de Tubarão	728.929,60
Esgotos de Lajes	378.152,90
	1.422.598,30
	10.613.241,60

RESTOS A PAGAR

Discriminação da conta "Restos a Pagar" por exercício

1944/48	143.659,30
1949	5.681.485,40
1950	17.521.768,20
	23.346.912,90

DÍVIDAS RELACIONADAS

Processos já encaminhados pela Contadoria Geral do Estado e dependendo de abertura de crédito	707.829,30
Existentes na C. G. E. até 31/3/51	366.652,00
Saldo de créditos abertos em 1950:	
Decreto n. 339, de 14-8-50	81.307,10
Decreto n. 340, de 14-8-50	3.000,20
	84.307,30
	1.158.788,60

Relação dos débitos do Estado para com as Prefeituras Municipais referentes ao exercício de 1949 e relativos à cota do imposto de indústrias e profissões.

PREFEITURAS	IMPORTÂNCIAS
Araquari	Cr\$ 27.464,50
Araranguá	12.122,80
Biguaçu	32.746,50
Blumenau	745.787,40
Bom Retiro	67.093,40
Brusque	37.538,00
Camboriu	21.072,60
Caçador	88.996,70
Campo Alegre	29.595,10
Campos Novos	96.354,20
Canoinhas	295.804,50
Capinzal	80.745,40
Chapécó	267.095,20
Criciúma	92.000,00
Curitibanos	105.225,80
Gaspar	39.909,40
Ibirama	16.145,10
Indaial	124.176,00
Itaiópolis	89.931,60
Itajaí	238.807,80
Ituporanga	88.724,10
Jaraguá do Sul	171.146,00
Joaçaba	34.798,00
Joinville	715.906,20
Lajes	278.655,80
Mafra	68.701,00
Nova Trento	27.917,30
Orleães	85.311,80
Palhoça	84.539,30
Piratuba	100.787,60
Pôrto Belo	11.849,40
Pôrto União	143.202,20
Rio do Sul	253.188,90
Rodeio	58.755,80
São Joaquim	48.755,40
São José	23.570,20
São Bento do Sul	143.745,30
Taió	77.695,30
Tangará	94.372,10
Tijucas	10.000,00
Timbó	43.456,60
Tubarão	143.157,80
Turvo	72.857,30
	5.289.705,40

COTAS AOS MUNICÍPIOS, DE 1949

Relação dos débitos do Estado para com as Prefeituras Municipais referentes ao exercício de 1949 e relativos à cota prevista no art. 20 da Constituição Federal:

PREFEITURAS	IMPORTÂNCIAS
Biguaçu	Cr\$ 1.972,10
Blumenau	802.531,60
Bom Retiro	11.878,40
Chapécó	198.658,90
Canoinhas	132.032,10
Curitibanos	27.835,30
Caçador	172.592,20
Gaspar	22.875,20
Guaramirim	14.499,70
Ibirama	66.914,90
Indaial	74.763,00
Itaiópolis	18.456,00
Ituporanga	33.028,10
Joinville	411.903,80
Jaraguá do Sul	148.392,40
Lajes	98.659,60
Orleães	23.634,30
Palhoça	5.433,80
Piratuba	101.580,70
Pôrto União	44.212,90
Rio do Sul	294.963,90
São Bento do Sul	146.657,90
Tubarão	25.354,10
Taió	23.975,30
Tangará	48.228,80
Tijucas	11.075,80
Timbó	10.936,00
Turvo	12.730,50
Urussanga	12.214,70
	Cr\$ 2.998.172,00

COTAS AOS MUNICÍPIOS, A PAGAR EM 1951

Créditos dos municípios referentes a 1950 e correspondentes a 75% do total da arrecadação do imposto de indústrias e profissões.

Consta do orçamento a verba 58-41 — Cr\$ 13.500.000,00 — destinada a ocorrer à respectiva despesa, mas em face da Lei nº 276, de 15 de julho de 1949, o Estado não mais arrecadará o imposto em referência, razão pela qual ficará desfalçada a receita, de igual quantia.

A importância a ser entregue aos municípios, relativa ao exercício de 1950, é a seguinte:

Arrecadação conforme balanço	12.487.588,30
Parte pertencente ao Estado	3.121.897,00
Cota a ser entregue	9.365.691,30

COTAS AOS FUNCIONÁRIOS DA FAZENDA

Excesso de arrecadação (líquido) Cr\$ 22.764.057,00

CÁLCULOS:

10%	200.000,00	20.000,00
5%	200.000,00	10.000,00
3%	22.364.057,00	670.921,70
	22.764.057,00	700.921,70

EXAME DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 1950

Balanço financeiro em 15 de março de 1951

MOVIMENTO DO ESTADO

RECEITA

SALDO DO EXERCÍCIO DE 1949

Depósitos especiais do Estado	1.552.918,60
-------------------------------------	--------------

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receita ordinária	230.959.110,50
Receita extraordinária	4.941.880,90
	235.900.991,40

RESTOS A PAGAR DE 1950

Creditado a diversos	17.521.768,20
----------------------------	---------------

RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Depósitos especiais do Estado	5.654.432,90
Operações de crédito	1.201.553,00
Responsáveis em contas antigas	29.592,80
Caixa Econômica Federal de S. Catarina	10.000.000,00
	Cr\$ 271.861.256,90

DESPESA

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

	A pagar	Paga
Poder Executivo	7.308,80	1.780.409,40
Poder Legislativo		3.500.874,00
Secr. Interior Just. Ed. Saúde	2.292.360,60	89.981.669,40
Poder Judiciário	1.022,20	5.762.753,00
Departamentos Autônomos	97.978,20	2.577.667,20
Secretaria da Fazenda	9.161.597,00	47.807.622,70
Secret. da Segurança Pública	290.960,30	18.921.510,60
Secr. Viação Obr. Públ. e Agric.	5.661.314,60	55.744.991,30
	17.512.541,70	226.077.497,60
		243.590.039,30

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Despesas por créditos especiais:

Pagas	18.159.842,10
Restos a pagar	9.226,50
	18.169.068,60

Depósitos especiais do Estado	3.760.072,80
Responsáveis em c/do exercício	358.827,10
	22.287.968,50

SALDOS PARA 1951

Recursos ordinários	2.535.970,40
Depósitos especiais do Estado	3.447.278,70
	Cr\$ 271.861.256,90

EXERCÍCIO DE 1950

Balanço financeiro, em 15 de março de 1951

MOVIMENTO DAS CONTAS ESPECIAIS

RECEITA

SALDOS DO EXERCÍCIO DE 1949

Depósitos de Diversas Origens	6.486.822,80
Montepio dos Funcionários Públicos	761.757,70
Restos a pagar	536.573,90
	7.785.154,40

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Entradas	14.837.132,60
----------------	---------------

MONTEPIO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Entradas	9.700.069,00
----------------	--------------

Cr\$ 32.322.356,00

DESPESA

RESTOS A PAGAR

Do exercício de 1944	500,00
Do exercício de 1945	525,00
Do exercício de 1946	2.535,00
Do exercício de 1947	9.540,00
Do exercício de 1948	379.814,60
	392.914,60

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Saídas	14.391.554,10
--------------	---------------

MONTEPIO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Saídas	10.021.604,70
--------------	---------------

SALDOS PARA 1951

Depósitos de Diversas Origens	6.932.401,30
Montepio dos Funcionários Públicos	440.222,00
Restos a pagar	143.659,30
	7.516.282,60

Cr\$ 32.322.356,00

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO DE 1950

Resumidamente, assim se processou a execução orçamentária do exercício:			
RECEITA			
Prevista	213.095.583,50		
Realizada	235.900.991,40	22.805.407,90	
Excesso de arrecadação			
		22.805.407,90	
DESPESA			
Prevista	213.095.583,50		
Realizada com recursos ordinários	250.557.554,90	37.461.971,40	
"Deficit" orçamentário			
	14.656.563,50		

O "deficit" orçamentário compõe-se das seguintes parcelas:

Restos a pagar do exercício	17.521.768,20		
Responsáveis c/antigas	29.592,80	17.551.361,00	
A deduzir:			
Responsáveis do exercício	358.827,10		
Recursos ordinários	2.535.970,40	2.894.797,50	
"Deficit" orçamentário			
	14.656.563,50		

RELAÇÃO DAS VERBAS INSUFICIENTES DO ORÇAMENTO DE 1950 E SUA SUPLEMENTAÇÃO

REPARTIÇÃO	Verba	Discriminação	Dotação	Suplemen- tação	Total	Decreto
Gabinete do Governador	02-4-12	Para eventuais	1.000.000,00	200.000,00	1.450.000,00	388, de 4-11-50
Palácio do Governo	-0-	Pessoal	28.200,00	3.000,00	31.200,00	417, de 12-12-50
Assembleia Legislativa	04-4-3	Para diárias e ajuda de custo	1.350.000,00	120.000,00	1.470.000,00	364, de 27-9-50
Secretaria da Assembleia Legislativa	04-4-4	Para eventuais	30.000,00	15.000,00	45.000,00	415, de 12-12-50
Secretaria do Tribunal de Justiça	-0-	Pessoal	230.160,00	152.640,00	382.800,00	420, de 20-12-50
Gab. do Secretário do Interior e Justiça	05-3-16	Para material de expediente	20.000,00	15.000,00	35.000,00	315, de 7-7-50
Comissão de Est. Serv. Púb. Estaduais	05-1-13	Para extranumerários	142.500,00	70.000,00	212.500,00	369, de 20-10-50
Abriço de Menores	-0-	Pessoal	153.720,00	100.080,00	253.800,00	373, de 23-10-50
Penitenciária	07-3-16	Para material de expediente	18.000,00	10.000,00	28.000,00	312, de 6-7-50
Educação	13-1-10	Para extranumerários	31.320,00	1.200,00	32.520,00	334, de 8-8-50
Departamento de Educação	15-1-5	Para gratificação aos srs. membros	26.400,00	500,00	26.900,00	344, de 27-9-50
Inspetoria de Educação Física	15-1-4	Para extranumerários	57.720,00	-	57.720,00	364, de 27-9-50
Instituto de Ed. "Dias Velho"	17-1-8	Para pecúlio dos internados	15.000,00	15.000,00	30.000,00	418, de 16-12-50
Cursos Normais Regionais, etc.	17-2-10	Para aq. e cons. mat. permanente	30.000,00	30.000,00	60.000,00	366, de 29-9-50
Diversas Despesas	17-3-15	Para lavanderia	60.000,00	16.000,00	76.000,00	366, de 29-9-50
Departamento de Saúde Pública	17-3-17	Para medicamentos, dieta, etc.	20.000,00	5.000,00	25.000,00	366, de 29-9-50
Hospital "Neréu Ramos"	17-4-25	Para aluguel de telefone	4.284,00	104,00	4.468,00	366, de 29-9-50
Profilaxia da Lepre	17-1-6	Gratíf. aos Irmãos Maristas	90.000,00	32.000,00	122.000,00	371, de 23-10-50
Colônia Santa Teresa	18-3-23	Para alimentação	638.750,00	560.000,00	1.198.750,00	343, de 10-8-50
Serviço de Assistência a Psicopatas	19-1-12	Para extranumerários	162.750,00	37.250,00	200.000,00	364, de 27-9-50
Imprensa Oficial	-0-	Pessoal	32.400,00	32.400,00	64.800,00	364, de 27-9-50
Subvenções e Auxílios	22-1-10	Para extranumerários	66.650,00	30.239,00	96.889,00	364, de 27-9-50
Contadoria Geral do Estado	26-1-26	Para extranumerários	17.243.000,00	12.000.000,00	29.243.000,00	364, de 27-9-50
Tesouro do Estado	27-4-9	Para passagens e transporte	35.000,00	35.000,00	70.000,00	351, de 28-8-50
Secção do Expediente	27-4-11	Para diárias e transporte	30.000,00	30.000,00	60.000,00	347, de 26-8-50
Coletorias e Postos Fiscais	27-3-6	Para aq. e transp. material	500.000,00	500.000,00	1.000.000,00	376, de 25-10-50
Serviço de Fiscalização da Fazenda	27-3-7	Para aq. de divs. materiais	70.000,00	70.000,00	140.000,00	376, de 25-10-50
Salário-Família	27-4-16	Para manut. de cozinhas	900.000,00	193.200,00	1.093.200,00	405, de 29-11-50
Gratificação Adicional	30-3-24	Para alimentação	400.000,00	30.000,00	470.000,00	335, de 8-8-50
Correspondência Postal e Telegráfica	30-3-25	Para aq. de medicamentos	130.000,00	50.000,00	180.000,00	419, de 20-12-50
Serviço da Dívida Pública	30-2-22	Para aq. e cons. de móveis	85.000,00	22.500,00	107.500,00	335, de 8-8-50
Cota aos Municípios	30-1-49	Para pagto de adicional	52.000,00	5.000,00	57.000,00	378, de 25-10-50
Gab. do Secretário da Seg. Pública	30-1-65	Para pagto de adicional	90.000,00	10.000,00	100.000,00	374, de 23-10-50
Secção de Expediente da Seg. Pública	30-1-66	Para extranumerários	270.000,00	20.000,00	290.000,00	374, de 23-10-50
Polícia Militar	30-3-70	Para alimentação	1.400.000,00	130.000,00	1.530.000,00	400, de 27-11-50
Inspetoria de Veículos	33-4-25	Para seguros de operários	6.000,00	7.853,20	13.853,20	400, de 27-11-50
Polícia Militar	33-3-14	Para alimentação	1.500.000,00	286.169,50	1.786.169,50	393, de 16-11-50
Imprensa Oficial	33-1-9	Para extranumerários	710.000,00	200.000,00	910.000,00	412, de 5-12-50
Subvenções e Auxílios	33-3-19	Para aquisição de combustível	36.000,00	10.000,00	46.000,00	412, de 5-12-50
Contadoria Geral do Estado	33-4-22	Para conserv. de veículos	15.000,00	10.000,00	25.000,00	412, de 5-12-50
Tesouro do Estado	34-1-14	Para salário aos operários	1.300.000,00	250.000,00	1.550.000,00	365, de 28-9-50
Secção do Expediente	34-3-16	Para mat. de consumo	2.000.000,00	1.000.000,00	3.000.000,00	390, de 10-11-50
Coletorias e Postos Fiscais	37-4-1	Para subvenções e auxílios	690.000,00	690.000,00	1.380.000,00	409, de 5-12-50
Serviço de Fiscalização da Fazenda	43-3-16	Para seg. dos próp. estaduais	190.000,00	80.000,00	270.000,00	428, de 29-12-50
Salário-Família	44-2-13	Para aq. e cons. de móveis	40.000,00	30.000,00	70.000,00	361, de 27-9-50
Gratificação Adicional	44-3-16	Para material de expediente	300.000,00	100.000,00	400.000,00	352, de 23-10-50
Correspondência Postal e Telegráfica	44-4-17	Para ajuda de custo, etc.	30.000,00	30.000,00	60.000,00	416, de 12-12-50
Serviço da Dívida Pública	44-4-21	Para desp. na arrecadação	100.000,00	60.000,00	160.000,00	416, de 12-12-50
Cota aos Municípios	44-1-71	Para remuneração aos coletores	2.302.620,00	21.300,00	2.523.480,00	416, de 12-12-50
Gab. do Secretário da Seg. Pública	44-4-72	Para porcent. sobre multas	120.000,00	40.000,00	160.000,00	416, de 12-12-50
Secção de Expediente da Seg. Pública	46-4-11	Para pagto de porcentagens	300.000,00	300.000,00	600.000,00	416, de 12-12-50
Polícia Militar	46-4-13	Para ajuda de custo, etc.	20.000,00	10.000,00	30.000,00	311, de 6-7-50
Inspetoria de Veículos	46-4-10	Para diárias e transporte	640.000,00	110.000,00	750.000,00	311, de 6-7-50
Polícia Militar	48-0-1	Para pagto de aposentados, etc.	7.335.442,00	1.700.000,00	9.035.442,00	383, de 30-10-50
Polícia Militar	49-0-1	Para pagto do salário-família	4.400.000,00	4.000.000,00	8.400.000,00	398, de 23-11-50
Polícia Militar	50-0-1	Para pagto de adicional	700.000,00	700.000,00	1.400.000,00	355, de 8-9-50
Polícia Militar	52-4-1	Para transm. de telegramas, etc.	344.000,00	344.000,00	688.000,00	354, de 1-9-50
Polícia Militar	53-3-2	Para gasolina, acessórios, etc.	300.000,00	150.000,00	450.000,00	354, de 1-9-50
Polícia Militar	54-4-6	Para juros da Sul América	3.000.000,00	564.000,00	3.564.000,00	356, de 9-9-50
Polícia Militar	56-4-1	Cota do Imp. de Ind. e Prof.	9.000.000,00	306.096,80	9.306.096,80	427, de 28-12-50
Polícia Militar	56-4-2	Cota previst. no art. 20	4.300.000,00	173.808,40	4.473.808,40	422, de 22-12-50
Polícia Militar	-0-	Pessoal	27.600,00	3.600,00	31.200,00	422, de 22-12-50
Polícia Militar	58-4-13	Para diligências policiais	80.000,00	70.000,00	150.000,00	364, de 27-9-50
Polícia Militar	58-4-15	Para passagens e transporte	70.000,00	70.000,00	140.000,00	364, de 27-9-50
Polícia Militar	58-3-8	Para acessórios, gasolina, etc.	60.000,00	20.000,00	80.000,00	337, de 10-8-50
Polícia Militar	58-4-17	Para conserv. e cons. de veículos	30.000,00	5.000,00	35.000,00	387, de 3-11-50
Polícia Militar	61-3-12	Para fardamentos e calçados	50.000,00	15.000,00	65.000,00	370, de 23-10-50
Polícia Militar	66-1-26	Para gratif. aos oficiais	1.800,00	1.800,00	3.600,00	320, de 18-7-50
Polícia Militar	66-1-26	Para gratif. aos oficiais	1.800,00	1.800,00	3.600,00	320, de 18-7-50
Polícia Militar	66-4-38	Para diárias aos oficiais	10.000,00	10.000,00	20.000,00	385, de 1-11-50
Polícia Militar	66-3-33	Para fardamentos e calçados	600.000,00	150.000,00	750.000,00	413, de 11-12-50
Polícia Militar	66-4-29	Para etapas especiais	25.000,00	25.000,00	50.000,00	414, de 11-12-50
Gabinete do Secretário da Viação	-0-	Pessoal	13.800,00	1.800,00	15.600,00	414, de 11-12-50
Diretoria de Obras Públicas	72-2-26	Para obras públicas — constr.	10.269.500,00	1.000.000,00	11.269.500,00	320, de 18-7-50
Diretoria de Terras e Colonização	72-3-30	Para conserv. e melhor. Usina	800.000,00	200.000,00	1.000.000,00	360, de 15-9-50
Diretoria de Terras e Colonização	72-4-34	Para seguros operários	28.200,00	28.000,00	56.200,00	333, de 8-8-50
Diretoria de Terras e Colonização	74-4-21	Para manut. col. Tijupinhãs	90.000,00	10.000,00	100.000,00	368, de 20-10-50
Diretoria de Terras e Colonização	74-1-12	Para extranumerários	120.940,00	20.364,00	141.304,00	389, de 4-11-50
Diretoria de Terras e Colonização	74-4-17	Para aluguel de casas	21.600,00	14.400,00	36.000,00	402, de 28-11-50
TOTAL GERAL			77.392.216,00	33.284.784,90	110.677.000,90	382, de 30-10-50

EXERCÍCIO DE 1950

Demonstrativo da Despesa por créditos especiais, em 15 de março de 1951

REPARTIÇÃO OU SERVIÇO	Fixada	Total	Empenhada	Diferença entre a fixada e a empenhada	Paga	Restos a pagar
Decreto 265 de 6-12-49	5.586.910,60	5.586.910,60	5.511.482,50	75.428,10	5.503.270,00	8.212,50
Decreto 289 de 30-3-50	1.252.193,40	1.252.193,40	1.252.193,40		1.252.193,40	
Decreto 306 de 23-6-50	20.000,00	20.000,00	20.000,00		20.000,00	
Decreto 314 de 7-7-50	282.200,00	282.200,00	267.406,50	14.793,50	267.406,50	
Decreto 323 de 24-7-50	243.418,00	243.418,00	238.723,40	4.694,60	237.709,40	1.014,00
Decreto 327 de 27-7-50	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00		10.000.000,00	
Decreto 339 de 14-8-50	225.717,50	225.717,50	144.410,40	81.307,10	144.410,40	
Decreto 340 de 14-8-50	63.852,60	63.852,60	60.852,40	3.000,20	60.852,40	
Decreto 345 de 24-8-50	144.000,00	144.000,00	144.000,00		144.000,00	
Decreto 352 de 30-8-50	150.000,00	150.000,00	150.000,00		150.000,00	
Decreto 357 de 12-9-50	200.000,00	200.000,00	140.000,00	60.000,00	140.000,00	
Decreto 386 de 1-11-50	240.000,00	240.000,00	240.000,00		240.000,00	
		18.408.292,10	18.169.068,60	239.223,50	18.159.842,10	9.226,50

RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS

Compreende esta conta as importâncias adiantadas a funcionários para diversos fins, sujeitos a posterior prestação de contas.

O total desses adiantamentos, dependendo de prestação de contas, até 31-1-1951 (espaço adicional de 1950) — atinge Cr\$ 37.314.724,40.

POLÍTICA ADMINISTRATIVA

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O grande problema administrativo do presente exercício é, sem dúvida, a execução orçamentária. Como já foi patenteado na introdução desta mensagem, o orçamento para 1951 não expressa a verdade financeira.

A fixação da Despesa é fictícia, até nas verbas destinadas ao pagamento do funcionalismo. Assim, na consignação para pagamento do magistério primário há uma falta de Cr\$ 12.568.327,30.

Por outro lado, no primeiro mês do presente exercício não se respeitou, nem de longe, o duodécimo. As verbas foram usadas sem parcimônia alguma, chegando-se mesmo na consignação nº. 24-2-26 para Obras Públicas a se gastar Cr\$ 9.387.525,10, do total de Cr\$ 10.269.500,00. Houve grandes empenhos também nas seguintes verbas: nºs. 2-4-12, 27-2-5, 27-3-6, 32-4-58, 53-4-01 e 14-3-30.

Os quadros que acompanham dão notícia em detalhes das irregularidades que comprometem a execução do Orçamento no exercício de 1951. A diretriz do Governo é, dentro do possível, respeitar o duodécimo e fiscalizar, com rigor, a execução orçamentária, afim de equilibrar a vida financeira, fugindo do regime artificial em que se vivia até aqui.

SITUAÇÃO DE VERBAS VARIÁVEIS EM 31-1-51

As verbas variáveis, abaixo relacionadas, apresentavam a seguinte situação em 31-1-1951:

Verbas	Dotações para 1951	Desp. emp. até 31-1-51	Saldos em 31-1-51
Verba 2-4-12 — Para eventuais ..	1.000.000,00	321.497,50	678.502,50
Verba 27-2-5 — Para aquisição mobiliário p/gr. escolares e esc. isoladas, novos ..	1.385.000,00	700.480,00	684.520,00
Verba 27-3-6 — Para aquisição e transporte de mater. de expediente e livros escolares ..	500.000,00	473.423,00	26.577,00
Verba 32-4-58 — Para manutenção de cozinhas dietéticas e postos de puericultura ..	410.000,00	362.400,00	47.600,00
Verba 53-4-01 — Para correspondência postal e telegráfica ..	500.000,00	250.000,00	250.000,00
Verba 74-2-26 — Para obras públicas — construção ..	10.269.500,00	9.387.525,10	881.974,90
Verba 74-3-30 — Conservação e melhoria da Usina, sub-estações e rede de luz e força ..	800.000,00	595.950,10	204.049,90
	14.864.500,00	12.091.275,70	2.773.224,30

RESUMO DOS COMPROMISSOS PARA O EXERCÍCIO DE 1951, NÃO CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO, E DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA A SUA SOLUÇÃO

DÍVIDA FLUTUANTE

Exigível a curto prazo

Restos a pagar de 1944 a 1950	23.346.912,90	
Dívidas Relacionadas	1.158.788,60	
Montepio	440.222,00	
Depósitos de Diversas Origens	12.382.401,30	
Depósitos Especiais do Estado	10.633.278,70	47.961.603,50
Serviço de Água e Esgotos:		
Escritório Saturnino de Brito		1.422.598,30
Serviço de Luz da Capital:		
Empresul		2.169.131,60
Cotas aos Municípios		
Valor de 75% da arrecadação de 1950, conforme explicação no anexo		9.365.691,30
Cotas aos Funcionários da Fazenda:		
Estimativa conforme anexo		700.921,70
Insuficiências no orçamento de 1951		
Comparativo entre a despesa de 1950 e o orçamento de 1951		30.300.159,90
Insuficiências de verbas comprometidas, até 31-1-1951		
Comparativo entre os respectivos duodécimos e a despesa empenhada		14.103.651,30

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Sub-Títulos	Transferências	Ordens S. Fazenda	Ordens Dir. Tesouro
Obras do Porto de São Francisco do Sul	500.000,00	Of. 6.087, de 14-11-949	
Idem, idem	2.500.000,00	Of. 6.466, de 2-12-949	Reposição — 10-3-951
Idem, idem	200.000,00	Of. 6.992, de 26-12-949	
Idem, idem	400.000,00	Of. 7.083, de 29-12-949	Reposição — 10-3-951
Idem, idem	600.000,00	Of. 592, de 23-1-951	
Idem, idem	1.000.000,00	Of. 816, de 29-1-951	Reposição — 10-3-951
Idem, idem	250.000,00	Of. 857, de 29-1-951	
	5.450.000,00		

DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO

Sub-Títulos	Transferências	Ordens S. Fazenda	Ordens Dir. Tesouro
Dividendo das Ações da "Empresul"	250.000,00	Of. 5.224, de 29-9-949	
Para compra de um automóvel para a Assembléia	40.000,00	Of. 5.418, de 17-10-949	
Taxa de Saúde em Conta Especial	756.000,00	Of. 454, de 17-1-951	
Auxílio Governo Federal para o Hospital "Nerêu Ramos"	500.000,00	Idem	
Auxílio Governo Federal para construção do Inst. Educação	940.000,00	Idem	Reposição — 13-2-951
Auxílio Governo Federal para a Colônia Sant'Ana	700.000,00	Idem	Reposição — 14-3-951
Auxílio Governo Federal para a Campanha Triticola	2.000.000,00	Idem	Reposição — 13-2-951
Idem, idem	1.000.000,00	Of. 670, de 25-1-951	
Idem, idem	1.000.000,00	Of. 816, de 29-1-951	
Idem, idem	1.000.000,00	Of. 857, de 29-1-951	
TOTAL	7.186.000,00		

RECURSOS

SALDOS NO TESOIRO — Conforme Balanço

Montepio	440.222,00	
Depósitos de Diversas Origens	6.932.401,30	
Para Restos a Pagar	2.679.629,70	
Depósitos Especiais do Estado	3.447.278,70	13.499.531,70

Possível Economia de Verbas:

Orçamento de 1951	10.000.000,00
-------------------------	---------------

	23.499.531,70	106.023.757,60
SALDO DE COMPROMISSOS, A DESCOBERTO ..	82.524.225,90	—
	106.023.757,60	106.023.757,60

Observações: Das importâncias transferidas para acudir ao excesso de despesa por ordem do Governo passado, já foram feitas as seguintes reposições:

Para Depósitos de Diversas Origens	1.300.000,00
Para Depósitos Especiais do Estado	2.140.000,00
	3.440.000,00

DOTAÇÕES INSUFICIENTES

São os seguintes os compromissos, resultantes de dotações insuficientes do orçamento de 1951, a serem solvidos com créditos suplementares, tendo em vista a despesa realizada em 1950:

Departamento de Educação — verba necessária aos

Cursos Normais Regionais, Cursos primários complementares, Grupos Escolares, Escolas reunidas, Escolas isoladas, Escolas supletivas e Classes de Alfabetização

12.568.327,30

Departamento de Educação — verba necessária

para diversas despesas	1.627.549,10
Imprensa Oficial	484.565,70
Penitenciária	231.737,20
Pessoal Inativo	1.347.742,10
Salário Família	927.755,70
Subvenções e Auxílios	575.838,40
Diretoria de Obras Públicas	10.749.295,90
Serviços de Fiscalização da Fazenda	235.758,70
Correspondência Postal e Telegráfica	275.684,80
Juros do empréstimo "Caixa Econômica Federal de Santa Catarina"	493.200,00
Diversos	782.705,00

30.300.159,90

PESSOAL INATIVO

A insuficiência da dotação destinada ao pagamento do pessoal inativo, verificada através do confronto entre a despesa de 1950 e a previsão para 1951, é de Cr\$ 1.347.742,10, conforme se observa do seguinte demonstrativo:

Despendido em 1950	Cr\$ 9.347.742,10
Previsão para 1951	Cr\$ 8.000.000,00

Insuficiência orçamentária	Cr\$ 1.347.742,10
----------------------------------	-------------------

SALÁRIO-FAMÍLIA

A mesma demonstração, em relação à dotação para pagamento de salário família, é a seguinte:

Despendido em 1950	Cr\$ 8.927.755,70
Previsão para 1951	Cr\$ 8.000.000,00

Insuficiência orçamentária	Cr\$ 927.755,70
----------------------------------	-----------------

ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

O Governo do Estado determinou, pela Portaria de 16 de fevereiro de 1951, que todas as Secretarias de Estado e Departamentos Autônomos fornecessem relação nominal do funcionalismo lotado em cada Repartição, suas categorias e indicação dos títulos ou verbas pelos quais percebem remuneração.

Essa medida tem, por finalidade, possibilitar ao Governo do Estado o conhecimento exato da lotação de cada Repartição, permitindo, além disso, aproveitamento, o mais completo, de cada funcionário dentro de sua especialização ou função, coibindo acumulações.

BAIXO NÍVEL DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Com o número exagerado de funcionários e em face dos escassos recursos do Estado, nota-se um padrão de vencimentos irrisório.

Isso faz com que os elementos mais capazes se afastem do serviço público estadual, e os que ficam não tenham o necessário estímulo.

Faz-se mistér o reajustamento geral dos vencimentos do funcionalismo, o que será possível com a racionalização dos serviços públicos e a conseqüente eliminação das despesas inúteis.

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Tendo sido renovado o quadro dos membros da CESPE, com a designação dos Srs. Dr. Wilfredo Eugênio Currilín, Dr. Ney Aragão Paz, Dr. Hamilton José Hildebrand e Alcides H. Ferreira, iniciará, a referida Comissão, o estudo para a remodelação dos quadros do Funcionalismo Público, com o aproveitamento de técnicos em administração para os postos de governo onde se fazem necessários, e o estudo minucioso das diversas carreiras para efeito de promoções justas e merecidas.

LICENÇA-PRÊMIO

A instituição da licença-prêmio pelo Estatuto dos Funcionários Públicos foi desvirtuada pelo Decreto n. 882, de 4 de janeiro de 1951. Como decorrência do citado Decreto, grande é o número de funcionários que requerem este direito, obrigando o Governo do Estado a fazer as concessões parceladamente, de modo a não prejudicar a boa marcha da administração.

MONTEPIO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS E MILITARES

Achando-se fechada, há mais de um ano, a Carteira de empréstimos ordinários do Montepio dos Funcionários Públicos, determinou o Governo do Estado a reabertura da mesma, possibilitando, assim, à nobre classe dos servidores públicos, o uso de um direito vital nas horas de necessidade.

As demais Carteiras estão funcionando dentro das suas possibilidades.

NOVO HORÁRIO

A título experimental, o Governo do Estado resolveu uniformizar os horários das diversas repartições estaduais, visando, com essa medida, o interesse do público, e o estudo do rendimento de trabalho dos funcionários em duplo expediente.

IMPrensa OFICIAL

Para conhecer a verdadeira situação dos serviços da Imprensa Oficial, o Governo, através de portaria do Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça, Educação e Saúde, determinou um exame completo naquela repartição.

Do relatório conclusivo desse levantamento geral, extraímos os dados mais importantes que apontam, não só irregularidades existentes, mas, também, indicam medidas capazes de saná-las, as quais serão estudadas, detidamente, pelo Governo.

“Irregularidades e deficiências

a) — Escrita Contábil

Existia há dois anos, mas fatores vários impediram sua continuação. Dispõe a I. O. E. de um guarda-livros, adido na mesma faz longos anos, embora não faça parte de seu quadro, e que tem sua lotação na Contadoria Geral do Estado. Tal funcionário poderia reiniciar a escrita contábil com os elementos de inventários que se processaram a partir de 1º de março do corrente ano.

Para isso, torna-se necessária uma reforma em 3 salas contíguas, de modo a atender às solicitações do serviço.

b) — Uniformidade de Horários

Dois são os horários de serviço: o 1º — de 6 horas, para o pessoal do escritório e serviços correlatos, e o 2º — de 8 horas, para o pessoal necessário. A irregularidade que, a esse respeito, pode ser apontada, é o fato de os servidores não-operários seguirem, obrigatoriamente, o 2º horário quando, no entanto, deveriam seguir o 1º.

c) — Equidade de Salários

Não existe equidade de salários. Uma reestruturação, quer nos salários do pessoal técnico, quer nos do pessoal especializado, seria bastante recomendável.

d) — Situação Irregular

Na I. O. E. há funcionários portadores de doenças graves que, embora alguns tenham ultrapassado o tempo de serviço, se deixam ficar em casa, percebendo os vencimentos com se estivessem no trabalho.

Para corrigir esta anomalia, deveriam ser postas em prática a aposentadoria, nos casos em que o funcionário venceu o limite de tempo do serviço, e a licença para tratamento de saúde, nos demais casos.

e) — Proteção Necessária

As condições de trabalho dos operários que desenvolvem atividades na Secção de Fundação da I. O. E. são precaríssimas.

Ninguém desconhece o perigo que representam para o organismo humano as intoxicações provocadas pela ingestão dos vapores que se despreendem das aparas e fragmentos de chumbo de linótipos, quando fundidos.

Segundo a opinião de médicos higienistas do Rio de Janeiro, a proteção adequada contra esse mal reside na absorção de leite, em espaços, durante o trabalho.

Tal medida, se posta em prática, viria solucionar o fato de poucos serem os operários capazes de suportar o serviço na Secção de Fundação.

f) — Destino do Material

A maior parte do material adquirido pela I. O. E. não vai ao Almoxarifado, e sim às Secções que dele necessitam, o que não é correto.

Toda entrada de material deveria ser devidamente consignada no Almoxarifado — e dessa Secção, então, é que tomaria o seu destino, conforme requisição.

g) — Cooperação Necessária

Com o fito de se dar baixa nas contas dos devedores da I. O. E. que permanecem em aberto, seria interessante que fossem dirigidas às coletorias e repartições arrecadoras do Estado, circulares solicitando informarem, mensalmente, quais os fregueses que têm saldado suas contas, quer sejam elas provenientes de anúncios, impressos ou encomendas.

Da mesma maneira, conviria que a Contadoria Geral do Estado solicitasse do Tesouro a remessa mensal, à Imprensa, dos pagamentos feitos no interior aos credores, por fornecimentos de material para impressão, etc., em cumprimento ao ofício já existente neste sentido, o qual nunca foi cumprido.

h) — Falta de parcimônia nos gastos

Deveria ser estabelecido um critério no sentido de se limitar as publicações, que, mandadas imprimir em excessiva quantidade, trouxeram, como consequência, um grande aumento nos encargos da I. O. E.”

ORDEM PÚBLICA

Os serviços de segurança pública obedecem, ainda, a normas e métodos antiquados que dificultam, extraordinariamente, os fins que lhes compete colimar.

POLÍCIA CIVIL

As delegacias, tanto as regionais como as auxiliares e as demais, lutam contra toda sorte de dificuldades.

Precaríssimas são as instalações não só das delegacias como também dos prédios. Nas primeiras, há falta, quase na totalidade, de material de expediente e, em especial, de veículo próprio para movimentação de autoridade e de máquinas para serviço de datilografia.

Nas cadeias, há necessidade de colchões, roupas para os leitos e tudo mais pertinente a um conforto mínimo.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Para melhor atender suas finalidades, esse departamento precisa dispor de maiores recursos financeiros e de pessoal especializado.

Só assim, teremos possibilidade de garantir a ordem política e social!

SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

A organização atual satisfaz. Qualquer modificação futura está na dependência de leis federais e instruções do Conselho de Imigração e Colonização do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

INSPETORIA DE VEÍCULOS E TRÂNSITO PÚBLICO

Há necessidade de renovação do pessoal. O corpo de inspetores de Trânsito é insuficiente. De 35 deverá seu número ser elevado para 60 homens. Internamente, há que se concluir o fichário individual dos motoristas, suprir com material de emplacamento e mapas para prestação de contas suficientes às Delegacias.

Dever-se-á, por outro lado, estudar a melhoria do trânsito na capital, com a adoção de um plano racional de organização do tráfego. Dever-se-á também estudar as necessidades do trânsito no interior e a criação da polícia rodoviária.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E MÉDICO LEGAL

Organização que, apesar dos recursos limitados, procura e, realmente, consegue preencher suas finalidades, o Instituto de Identificação e Médico Legal, atendidas as reivindicações manifestadas no relatório do seu diretor e que serão carinhosamente estudadas pelo Governo, constituirá repartição modelo em Santa Catarina.

SERVIÇO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

Correm normalmente os Serviços de Censura de Diversões Públicas. A renda desses serviços poderá, no entanto, ser consideravelmente aumentada, desde que haja correspondência entre a ação do serviço e a dos delegados de polícia.

CARREIRA DE DELEGADO

Para melhor atender os serviços afetos à Polícia Civil, o Governo estuda a criação da polícia de carreira. Cessarão assim as improvisações e dar-se-á método e segurança a tão importantes funções.

POLÍCIA MILITAR

Pelos termos do bem cuidado relatório do Exmo. Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, Cel. João Cândido Alves Marinho, conclui-se a necessidade urgente de se cuidar de certos problemas que estão a reclamar solução.

Poder-se-á assim resumir-los:

- a) — mecanização da tropa;
- b) — precariedade da Estação de Rádio de Araranguá;
- c) — deficiências de material no Corpo de Bombeiros;
- d) — falta de material de proteção contra eletricidade e asfixia;
- e) — condições deficientes de instalação e aparelhamento dos serviços de saúde e gabinete dentário.

CRIAÇÃO DE MAIS DUAS COMPANHIAS ISOLADAS

Face à exposição contida no relatório do Exmo. Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, o Governo estuda a criação das 3ª e 4ª. Companhias Isoladas; em Canoinhas, aquela, e, em Tubarão, esta.

Já está aprovado o plano de segurança do Estado.

CONSELHO PENITENCIÁRIO

Obedecendo ao critério de renovação dos órgãos orientadores da administração, foi nomeado, por ato de 28-2-51, um novo Conselho Penitenciário, que ficou assim constituído:

Presidente: Dr. Pedro Moura Ferro;

Membros: Dr. Rafael Cruz Lima, Dr. Aujor Luz, Dr. Antonio Santaella, Dr. Francisco Câmara Neto.

Mensagem do sr. Governador

(Continuação da 2ª página)

PENITENCIÁRIA DO ESTADO

Foi nomeado seu Diretor, por decreto de 8-2-51, o Dr. Romeu Sebastião Neves, que assumiu o cargo em 9-2-51. No decurso dos 60 dias de sua gestão, introduziu algumas modificações que poderão assim ser resumidas:

REGIME PENAL

Aboliu as refeições nos cubículos, fazendo instalar um refeitório comum. Isto, além do efeito social e moral, acarretou cerca de 20% de economia na alimentação, pois evita grandes desperdícios.

Introduziu aulas de educação física, ministradas por dois sargentos do Exército.

Criou uma banda de música, cujo instrumental está sendo adquirido com recursos fornecidos, espontaneamente, pelos diversos fornecedores da Penitenciária.

Adquiriu um "harmônio" para a capela e tem desenvolvido esforços no sentido de ser criado um coro orfeônico.

Pôs fim às saídas de sentenciados para fora dos muros do presídio, assim como cortou as visitas às famílias.

Instalou, na parte externa do Presídio, um dormitório comum, para acolher

os menores e os sentenciados já próximos à liberdade.

SECÇÃO INDUSTRIAL

A primeira medida adotada nessa secção foi a centralização dos serviços de almoxarifado e a execução de um decreto que criou o Conselho Administrativo da Penitenciária, sob cuja responsabilidade são executados todos os serviços da tesouraria.

Introduziu o horário de 48 horas semanais nas oficinas, as quais vinham seguindo o horário da parte burocrática.

A Secção Industrial está recuperando, aos poucos, os edifícios situados na parte externa e que se encontravam em ruínas.

A produção nas oficinas já atingiu um ritmo animador.

SERVIÇO DE SAÚDE

Está sendo instalada uma enfermaria, na parte externa, para acolher os enfermos que, no momento, recebem tratamentos nos respectivos cubículos.

Já houve entendimento com a Colônia Santa Ana afim de que esta passe a receber os doentes mentais que se encontram na Penitenciária, os quais permanecem sem tratamento de espécie alguma.

CONGRESSO DE HISTÓRIA DA MEDICINA

RIO, 16 (A.G.) — Achase em pleno funcionamento a Comissão Central Organizadora do I Congresso Brasileiro de História da Medicina, ativando os preparativos para esse certame, que reunirá, nesta capital, de 14 a 21 de julho próximo, médicos, profissionais afins (farmacêuticos, odontológicos, químicos e veterinários) e estudiosos da História da Medicina de todo o país e do exterior. A Secretaria do Congresso funciona diariamente, das 9 às 17 horas, fornecendo instruções, programas e fichas de inscrição aos interessados, á rua México, 164 — segundo andar.

IRMANDADE DO SENHOR JESUS DOS PASSOS E HOSPITAL DE CARIDADE

Fundada em 1765

Eleição dos Consultores

De ordem do Irmão Provedor, para cumprimento dos dispositivos dos artigos 23 e 24 do Compromisso da Irmandade, convoco os srs. Irmãos eleitores, para no dia 2 de maio, às 17 horas, comparecerem no Consistório da Irmandade, afim de se proceder á eleição dos Consultores para o biênio de 1951 a 1953.

Informo que é permitido aos srs. Irmãos eleitores, que não puderem comparecer por motivo justificado, remeter ao sr. Irmão Provedor as chapas, dentro de carta fechada e assinada (Art. 28 do Compromisso).

Consistório, em 15 de abril de 1951.

Luiz S. B. da Trindade — Secretário

ABELARDO DA SILVA GOMES E SENHORA

têm o prazer de participar às pessoas de suas relações, o nascimento de seu quinto filho, CARLOS VICENTE ocorrido no dia 22 deste, nesta Capital.

AGRADECIMENTO

Aracy Domingues da Silveira, Afonso Delambert esposa e filhos agradecem aos Drs Remigio de Oliveira, e Polidoro Santiago, às irmãs do Hospital de Caridade, enfermeiros e Reverendo Sacerdote pelos cuidados e carinhos dispensados ao seu saudoso irmão e tio Euclides Domingues, bem como a todas as pessoas que o acompanharam até a sua ultima morada, bem assim as manifestações de pesar por cartões e telegramas,

A todos a nossa eterna gratidão.

Florianópolis, 16 de Abril de 1951.

AGRADECIMENTO E MISSA

Aldo Fernandes, agradece sinceramente os serviços profissionais dos Drs Paulo Fontes, Polidoro Santiago, Paulo Tavares e J. J. Barreto, prestados durante a enfermidade de sua Espósa OLGA FERNANDES; e, o mesmo o faz as pessoas que honraram com telegrama, flôres e compareceram ao sepultamento da mesma.

Outrossim convida aos parentes e amigos a assistirem a missa do 7º dia a ser realizada ás 7 horas do dia 20 do corrente (Sexta-feira) na Catedral Metropolitana.

Fpolis, 16 de abril de 1951.

ATENÇÃO! CONSCRITOS DA CLASSE DE 1932

O Comando do 14º B. C. solicita o comparecimento à 16ª. C. R., com a possível urgência, dos seguintes conscritos:

ONIAS MARQUES — Cert. de Alistamento nº 411006; ROSELIO OTAVIO DA SILVA — Cert. de Alistamento nº 354991; KURT ANGELO KUPKA — Cert. de Alistamento nº 659188; JOSÉ ALBERTO LIVRAMENTO DE ABREU — Cert. de Alistamento nº 415921; LUIZ ELIAS DAUL — Cert. de Alistamento nº 660774; JOSÉ TIRADENTES MORETO VIEIRA — Cert. de Alistamento nº 413665; DELCIR IGUATEMI CLIMAC DA SILVEIRA — Cert. de Alistamento nº 361434; DEODATO JOSÉ GIL — Cert. de Alistamento nº 520085; CARLOS DA COSTA PEREIRA FILHO — Cert. de Alistamento nº 355411; e ARNO NERY BASCHAUER — Cert. de Alistamento nº 361400.

SOCIEDADE CARNAVALESCA "GRANADEIROS DA ILHA"

De ordem do Sr. Presidente, convoco os senhores associados para a Assembléia Geral, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 18 do corrente, às 19,30 horas, na Sede Social sita á Avenida Mauro Ramos, na qual será dado conhecimento do balancete da administração anterior e posse da nova diretoria.

Florianópolis, 14 de abril de 1951.

João Linhares — Secretário

Assembléia Legislativa do Estado

Na hora do expediente da sessão de ontem usou da palavra o sr. Braz Joaquim Alves — Líder do PTB, o qual submeteu a consideração do Plenário a seguinte mensagem, a ser enviada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas — Presidente da Republica e que recebeu a aprovação unanime da Casa.

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, ao iniciar seus trabalhos da Segunda Legislatura, afirma ao Precláro Chefe da Nação os seus propósitos de dedicar seus melhores esforços construtivos á solução dos problemas que redundam em beneficio da coletividade, e expressa a Sua Excelência os sinceros votos de pleno êxito na feliz solução dos magnos problemas que afligem á nação, assim como a sua firme confiança que Sua Excelência, num clima de progresso, de tranquilidade e de paz social possa conduzir a Pátria ao grande destino, digno de um povo feliz e de um Brasil melhor".

— X —

LIDERES DA BANCADA

Na sessão de ontem a Mesa da Assembléia recebeu officios das bancadas, comunicando a escolha de seus lideres e sublideres que são:

PSD — Líder: Ylmar Correa — Sub-Líder: Wilmar O. Dias.
UDN — Líder: Osvaldo Bulcão Viana.
Sub-Líder: Celso Ramos Branco.
PTB — Líder: Braz Joaquim Alves.

Nossa Vida

SANDRA LUCIA

Entre alegria de seus extremos pais, vê passar hoje, sua primeira primavera natalícia, a galante menina Sandra Lucia, encantando do lar do nosso prezado amigo sr. Anfriso Amaral e de d. Ilma Pichinatti Amaral.

A pequena Sandra e a seus dignos progenitores "A Gazeta" envia, sinceros parabens com votos de perenes felicidades.

PROF. ADELINO GONÇALVES

Faz anos hoje o sr. professor Adelino Gonçalves, residente em Costeira do Ribeirão, onde é elemento de grande destaque.

Ao aniversariante, os parabens de "A Gazeta".

Julio Alfredo Bege e Maria Catarina Junkes Bege participam aos seus parentes e pessoas amigas o nascimento de seu filho que na pia batismal receberá o nome de Alfredo.

Ocorrido dia 16-4-51 na Maternidade "Dr. Carlos Corrêa".



Sub-Líder: Paulo Marques.

PRP — Líder: Cássio Medeiros.

Sub-Líder: João Vicente Schneider.

PSP — Líder: Teixeira Pinto.

x x x

JOÃO JOSÉ DE SOUSA CABRAL

Pediu licença do cargo de deputado Estadual o sr. João José de Souza Cabral, que durante a ultima legislatura, exercia a função de líder da União Democrática Nacional .S. Excia. assim procedeu por haver sido nomeado Secretário dos Negócios do Interior e Justiça.

Foi convocado o seu suplente que é o sr. Francisco Mascarenhas.

— O —

OUTROS SUPLENTE

Foram ainda convocados pela Mesa da Assembléia os senhores Nelson Brasil, Júlio Coelho de Souza e Aquiles Balsini para substituírem os senhores Paulo Fontes João Colin e Luiz de Sousa.

— O —

De acordo com o artigo 23 da Constituição, procedeu-se a eleição para os membros da Comissão Permanente, por voto secreto, verificando-se o seguinte resultado:

Para membros da Comissão Permanente:

João Estivallet Pires — PSD
Antônio Gomes de Almeida — PSD.

Protógenes Vieira — PSD
José Baia Espindola Bitencourt — PSD.

Octacílio Nascimento — PTB.
Osvaldo Bulcão Vianna — UDN.

Osvaldo Rodrigues Cabral — UDN.
Enory Teixeira Pinto — PSD.

Vicente João Schneider — PRP.
Para Suplentes.

Lenoir Vargas Ferreira — PSD.
Ivo Silveira — PSD.

Walter Tenório Cavalcanti — PSD.

João Ribas Ramos — PSD.
Manoel Siqueira Bello — PSD.

Braz Joaquim Alves — PTB.
Frederico Kuerten — UDN.

Clodirico Moreira — UDN.
Francisco Mascarenhas — UDN.

Desta maneira, também aos pequenos partidos ficou assegurada a sua representação na Comissão Permanente.

Em acordo realizado o PSD cedeu uma cadeira ao PRP e a UDN ao PSD.

HOSPITALIZADO O MINISTRO JOÃO NEVES

BALTIMORE, 16 (R.) — O ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura, recolheu-se ao Hospital Jonh Hopkins, para se sujeitar a exame clínico geral.

Um porta-voz autorizado do hospital disse que o chanceler brasileiro permanecerá naquele estabelecimento "alguns dias, para um exame clínico geral, e uma serie de testes médicos", acrescentando que se trata de um regime de rotina e que o ministro parecia em excelentes condições de saúde ao chegar ao hospital.

PRESIDÊNCIA DO IAPI

RIO, 16 (A.G.) — O presidente da Republica assinou decreto nomeando o sr. Gabriel Pedro Moacyr para a presidência do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Industriários. Como se recorda, o nome do procer ademarista esteve, durante muito tempo, nas especulações em torno da Prefeitura do Distrito Federal.

CONDECORADO O GENERAL ZENÓBIO

RIO, 16 (A.G.) — Em decreto assinado pelo presidente da Republica foi concedida a medalha da Campanha no Atlântico Sul, ao general Zenobio da Costa, comandante da Primeira Região Militar e da Zona Militar Leste.

PRORROGADO O ACÓRDO COMERCIAL COM PORTUGAL

RIO, 16 (A.G.) — Depois de entendimentos entre o Itamarati e a Embaixada de Portugal, ficou decidida a prorrogação do acordo comercial do Brasil com aquele país, até 30 de junho vindouro, quando serão processadas as discussões e negociações de novas listas de mercadorias em substituição às atuais.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

RIO, 16 (A.G.) — O presidente da Republica assinou decreto, alterando a denominação da atual Escola Militar de Rezende para Academia Militar das Agulhas Negras, em homenagem ao 14º aniversário de sua fundação, a ser comemorado a 23 de abril corrente.

FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA

NOVO CONCURSO DE HABILITAÇÃO

O Diário Oficial do Estado está publicando edital da nossa Faculdade de Direito, que abre inscrições para o novo concurso de habilitação, cujo prazo termina no dia 18 do corrente mês, ás 18 horas.

O Governador Irineu Bornhausen e sua exma. esposa d. Marieta Konder Bornhausen aclamados pelo povo

Domingo ultimo, por ocasião da leitura da Mensagem pelo sr. Governador Irineu Bornhausen, na Assembléa Legislativa, constituiu espetáculo digno de registro especial a grandiosa manifestação de apreço e solidariedade, tributada a s. excia. o Chefe do Executivo Estadual e à sua exma. esposa, d. Marieta Konder Bornhausen, por grande massa popular estacionada à frente daquela Casa do Legislativo catarinense.

A chegada do preclaro dirigente da gleba catarinense, frenéticos aplausos se fizeram ouvir, acompanhados de

vivas e ovações a s. excia. e à sua digna consorte.

Ao dar entrada no recinto, para dar início à leitura da Mensagem governamental, s. excia. o fez debaixo de delirantes aplausos da numerosa assistência ali presentes.

Retirando-se após a leitura, em demanda do Palácio do Governo, uma vez mais, o povo testemunhou ao preclaro governante a sua manifestação de apreço e de confiança à frente dos destinos da terra barriga-verde.

Uma vez em Palácio, quando foi cumprimentado pelos deputados de todas as bancadas com assento na Assem-

bléa Legislativa, instado pelo povo postado à frente da Casa do povo, s. excia. acompanhado de sua exma. esposa, d. Marieta Konder Bornhausen, foi alvo de grandiosa manifestação de apreço por parte do povo que o elegeu à suprema magistratura estadual.

Os aplausos que se fizeram ouvir, são provas do respeito e da confiança, com que o povo catarinense deposita em seu governante homem de ação e de envergadura moral que para felicidade de Santa Catarina dirige os seus grandiosos destinos.



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DR. VOLNEY COLAÇO DE OLIVEIRA, EM PALÁCIO, CUMPRIMENTANDO O GOVERNADOR IRINEU BORNHAUSEN — O POVO A FRENTE DO PALÁCIO DO GOVERNO EM VIBRANTES ACLAMAÇÕES AO SR. IRINEU BORNHAUSEN E A SUA EXMA. ESPÓSA D. MARIETA KONDER BORNHAUSEN

Instalação dos trabalhos da segunda legislatura

Realizou-se, ante-ontem, com grande brilhantismo a solenidade de instalação dos trabalhos da segunda legislatura.

As 15 horas, presentes os senhores deputados e as mais altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, deu início a sessão.

sob a presidência do dr. Volney C. Lida a ata da 2ª sessão prepara-

tória, foi a mesma aprovada sem retificações.

Falando o sr. presidente, após anunciar a presença na Casa dos srs. des. Edgar Pedreira, representante do presidente do Tribunal de Justiça e presidente do Tribunal Eleitoral, s. excia. revma. Arcebispo Metropolitano, Dom Joaquim Domingues de Oliveira e do representante do Comandante do 5º Distrito Naval. Nomeou uma comissão composta dos senhores deputados, João José de Sousa Cabral, Braz Joaquim Alves e Ylmar Corrêa, para introduzi-los no recinto, o que foi feito sob vibrante salva de palmas dos presentes.

Em seguida o sr. presidente nomeou uma comissão constituída dos srs. J. J. de Sousa Cabral, Braz Joaquim Alves, João Vicente Schneider e Eroni Teixeira Pinto, para acompanhar s. excia. o sr. Governador do Estado, ao recinto das sessões, onde tomou assento em lugar

de honra.

S. excia. o sr. Governador do Estado foi recebido na sala das sessões com entusiásticos aplausos, tanto dos senhores deputados como dos populares que superlotavam o recinto. Ao transpor a porta principal da sala das sessões uma chuva de pétalas caiu sobre sua cabeça.

Em prosseguimento, o sr. presidente declarou instalados os trabalhos da segunda legislatura e deu a

palavra ao sr. Governador do Estado que leu a Mensagem que publicamos na íntegra.

Ao terminar a sua oração s. excia. retirou-se sob vibrante aclamação popular.

Terminando o sr. presidente convidou todos os senhores deputados para que incorporados fossem a Palácio em visita de cumprimentos ao sr. Governador do Estado, o que foi feito.

A GAZETA

Diretor-proprietário: Jairo Callado

Florianópolis, 17 de abril de 1951

DR. JOSÉ BENTO RIBEIRO DANTAS

Em visita à Transportes Aéreos Catarinense S/A. esteve, ante-ontem, nesta Capital, o dr. José Bento Ribeiro Dantas, diretor-presidente dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda., que na ocasião teve a oportunidade de constatar a eficiência dos serviços e da preferência que goza aquela nossa empresa de transportes aéreos.

S.S. na mesma data seguiu para a Capital da República.

Vasto plano de obras para o município de Urussanga

Auspicioso telegrama do deputado Jorge Lacerda ao Gov. Irineu Bornhausen

Do ilustre deputado federal, dr. Jorge Lacerda, alto procer do Partido de Representação Popular, recebeu o sr. Irineu Bornhausen, digno Governador do Estado, o seguinte telegrama:

Rio, 16 — Tenho a satisfação de comunicar ao ilustre amigo que acabo de receber do diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, o seguinte ofício: "Com referência ao assunto tratado em sua última visita a este Departamento, a respeito do plano de obras de Urussanga, tenho a informar-lhe que oficiamos ao sr. Ministro da Viação e Obras Públicas aceitando o referido programa e solicitando abertura de crédito de auxílio à Prefeitura daquela localidade." Esse plano importa em dois milhões e quinhentos mil cruzeiros. Estou aguardando o programa de Tubarão, que importa em cinco milhões de cruzeiros. Cordiais saudações. Jorge Lacerda.

Está matando as testemunhas arroladas

SASSARI, Sardenha, 16 (R.) — A sétima testemunha que devia depor contra o bandido Giacomo Liandru, ora encarcerado, foi morta a tiros ontem à noite, no que a polícia acredita ser um plano sistemático de eliminação de todas as pessoas arroladas para depor contra esse bandido sardenho.

Liandru teve uma espetacular carreira de três anos de crimes, na Sardenha, até ser preso e encarcerado há nove meses, tendo jurado vingança contar todos os "traidores" que concorreram para a sua prisão.

Iniciado o processo e arroladas 36 testemunhas pela promotoria pu-

blica, sendo a respectiva lista afixada na porta da igreja de Orgosolo. O primeiro nome dessa lista era o da esposa do criminoso e algumas noites depois foi ela encontrada morta em sua casa. Uma por uma, outras cinco pessoas da lista foram sendo misteriosamente assassinadas, da mesma maneira, sempre por dois homens mascarados, armados de metralhadoras de mão, e que assaltavam suas vítimas quando estas voltavam do trabalho para casa.

Ontem chegou a vez da sétima vítima. O pastor Francisco Mesina voltava dos campos com uma filha de 12 anos e um sobrinho de nove, quando dois homens mascarados saíram de trás de uma árvore e o abateram com uma saraivada de metralha, sem pronunciarem uma única palavra, fugindo em seguida.

Todas as testemunhas constantes da lista pediram proteção à polícia, mas esta diz que não pode garantir a vida de cada um porque eles moram muito afastados uns dos outros, mas estão sendo empregados todos os esforços para capturar todos os antigos companheiros de Liandru em carreira criminosa.

COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL

Retornou a Florianópolis o nosso ilustre patricio sr. Almirante Carlos da Silveira Carneiro, digníssimo comandante do 5º Distrito Naval, com sede nesta capital.

O eminente oficial general de nossa Gloriosa Marinha de Guerra fez-se acompanhar do brilhante oficial sr. capitão tenente Bonifacio Ferreira de Carvalho Neto, seu ajudante de ordens.

A GAZETA apresenta-lhes respeitosos cumprimentos.

A NECESSIDADE DA OBRA DE ARTE

O Diretório da Faculdade de Direito de Santa Catarina, por nosso intermédio, convida ao publico em geral para ouvir José Silveira, D'Avila, que falará hoje, à noite, no Clube 12 de Agosto, às 20 horas. O tema será: "A necessidade da obra de arte."

VENDEM-SE

VENDESE — dois grupos estofados, em perfeito estado. Tratar á rua Bocaiuva nº 118.

EDIÇÃO DE HOJE
16 páginas
Cr\$ 10,50

QUER VER QUEM TEM MAIOR PRESTÍGIO

RIO, 16 (A.G.) — A deputada Ivete Vargas acaba de lançar um novo repto, desta vez ao sr. Euzébio da Rocha, presidente da Comissão de Reestruturação do P. T. B. de São Paulo. Sugere a jovem deputada que ambos renunciem ao mandato, a fim de disputá-lo novamente, para verificar quem possui maior prestígio eleitoral. O repto, todavia, é inexequível, segundo a Lei Eleitoral, salvo se o novo pleito se realizar em 1955.

Iº CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE

RIO, 16 (A.G.) — Esteve reunida na A. B. I. a Comissão Nacional de Folclore, sob a presidência do sr. Renato de Almeida. Depois de prestar homenagem a João Ribeiro, a Comissão tomou providências relativas às comemorações do centenário de Silvio Romero, durante as quais será realizado o I Congresso Brasileiro de Folclore.

Foi nomeado, ontem, o ilustre professor de direito dr. João José de Souza Cabral, para o elevado cargo de Secretário do Interior e Justiça, Educação e Saúde, que tomará posse, hoje, às 17 horas